



portalbenews.com.br

ROSA DOS VENTOS Matheus Oliva destaca a incorporação da CBO pela OceanPact, os investimentos na Margem Equatorial e a valorização dos petroleiros ► **p12**



PAPO DE COMPLIANCE Selma Vasquez sustenta que a tecnologia deve apoiar decisões, sem substituir análise humana, governança e critérios de compliance ► **p17**

Divulgação



Vital do Rêgo pede menos entraves e mais integração

Em encontro na Casa Brasil Export, presidente do TCU cobrou definições sobre infraestrutura e disse que Tecon Santos 10 deve avançar após as eleições ► **p8 e p9**

Equipe 100% feminina conquista o Porto Hack Santos 2026

► **p10**



Cássio Lyra

Anac muda regras para atrasos e cancelamentos de voos

► **p13**

PORTOS Correnteza fecha canal de acesso ao Porto de Itajaí-Navegantes ► **p11**

HIDROVIAS Antaq busca nos EUA referências para projetos de hidrovias no Brasil ► **p11**

RODOVIAS Consórcio da CS Infra leva concessão de 634 km em Mato Grosso ► **p14**

EDITORIAL

A experiência norte-americana e o desafio da Antaq

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) está nos Estados Unidos numa missão técnica com o Corpo de Engenheiros do Exército americano, o Usace, instituição que administra a maior rede de hidrovias interiores do mundo e que tem no Rio Mississippi o laboratório mais estudado de gestão de navegação em águas rasas, controle de sedimentos e engenharia fluvial. A delegação brasileira visitou o distrito de Nova Orleans do Usace, o canal Inner Harbor, o Bonnet Carré Spillway, estrutura de controle das cheias do Mississippi que não tem equivalente operacional no Brasil, o Porto de South Louisiana, o Centro de Estudos de Rios da LSU e o Engineer Research and Development Center em Vicksburg. Esta semana, o grupo acompanha soluções no Rio Columbia, entre Oregon e Washington, onde a gestão integrada de navegação, dragagem e recursos hídricos é feita com escala e complexidade que os rios brasileiros precisarão enfrentar conforme as concessões hidroviárias avançam. É o tipo de missão que não atrai investimento, mas produz capacidade institucional.

Essa missão torna-se especialmente relevante diante do atual cenário do transporte hidroviário brasileiro. O impasse em torno da dragagem emergencial do Rio Tapajós, com o Dnit, o Ministério Público Federal, as comunidades ribeirinhas e os operadores privados sem acordo sobre como dragar um canal com urgência climática comprovada sem infringir exigências ambientais constitucionalmente legítimas, é precisamente o tipo de problema que o Usace enfrenta de forma rotineira no Mississippi e nos afluentes que o alimentam. A questão do transporte de sedimentos num rio de alta dinâmica, a da estabilização de canais em regiões sujeitas a variação sazonal extrema e, também, a das soluções baseadas na natureza que reduzem a necessidade de intervenção mecânica recorrente são os temas da agenda da missão. E são também os temas que as concessões do Madeira, do Tapajós, do Tocantins e do Paraguai precisarão resolver para que os editais que o governo está estruturando produzam contratos executáveis.

A participação de representantes da Agência Nacional das Águas (ANA), do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama na delegação é o elemento que transforma a missão de visita técnica da Antaq em construção de linguagem comum entre os órgãos que precisarão colaborar nas concessões hidroviárias. Um dos problemas crônicos do licenciamento ambiental de obras de infraestrutura aquaviária no Brasil é exatamente a ausência dessa linguagem: a Antaq estrutura o projeto hidroviário com critérios de engenharia e navegabilidade; o Ibama avalia o impacto ambiental com critérios de preservação; a Ana monitora os recursos hídricos com critérios de disponibilidade; e os três processos raramente convergem com velocidade e coerência suficientes para que um edital de concessão saia sem contestação posterior. Ver como o Usace integra esses três planos — engenharia, ambiente e recursos hídricos — numa única estrutura de decisão é o aprendizado mais valioso que a delegação pode trazer de volta.

A missão ao Usace chegou num momento em que o Brasil tem, pela primeira vez em décadas, uma carteira real de concessões hidroviárias em estruturação simultânea: Madeira, Tapajós, Tocantins, Paraguai, Barra Norte e Lagoa Mirim. A qualidade técnica dos editais que serão publicados para esses projetos dependerá, em parte significativa, da capacidade dos servidores da Antaq de especificar obrigações de manutenção de calado, gestão de sedimentos e resposta a eventos climáticos que sejam, ao mesmo tempo, exigentes para o concessionário, executáveis com a tecnologia disponível e verificáveis pela agência reguladora. O Usace opera com essa especificidade há décadas em contratos que abrangem o Rio Ohio, o Tennessee, o Missouri e o Mississippi. O que a delegação viu em Vicksburg e no Columbia é a maturidade institucional que o Brasil está construindo.

A pergunta que a missão precisará responder, ao retornar, é como o conhecimento adquirido se traduz em mudança nos instrumentos concretos que a Antaq usa: nos termos dos editais de concessão hidroviária, nos critérios de fiscalização dos contratos, nos modelos numéricos que embasam as exigências de dragagem e nos protocolos de resposta a eventos climáticos que os contratos precisarão conter. Missão técnica que produz relatório arquivado não transforma política. Missão técnica que alimenta edital, fiscalização e regulamentação, essa transforma. O Brasil investiu no conhecimento. Agora precisará usá-lo.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
8 Setor cobra menos entraves e mais integração para acelerar infraestrutura

- EDITORIAL
2 "A experiência norte-americana e o desafio da Antaq"
INSIGHT
3 "O que a Antaq pode ensinar sobre um Estado mais eficiente", por Andrea Aquino
HUB
4 MRS investe R\$ 1,3 bi na modernização da frota
POLÍTICA
4 Flávio cresce no Nordeste, Lula avança no Sudeste
6 TSE abre investigação contra Flávio Bolsonaro, Gaspar e Frias
7 Após falta em sessão, Jair Renan pede abono e é criticado por colega Deltan Dallagnol terá novo julgamento
BRASIL EXPORT
9 Vital do Rêgo diz que Tecon Santos 10 avança após eleições
TRANSPORTES | PORTOS
10 Equipe 100% feminina conquista o Porto Hack Santos 2026
11 Correnteza fecha canal de acesso ao Porto de Itajaí-Navegantes
TRANSPORTES | HIDROVIAS
11 Antaq busca nos EUA referências para projetos de hidrovias no Brasil
ROSA DOS VENTOS
12 Transações, capital e financiamento em portos, óleo e gás e navegação, por Matheus Oliva
TRANSPORTES | AVIAÇÃO
13 Anac muda regras para atrasos e cancelamentos de voos
TRANSPORTES | RODOVIAS
14 Consórcio da CS Infra leva concessão de 634 km em MT
TRANSPORTES | FERROVIAS
14 Transnordestina chega a 84% com entrega de 50 km no Ceará
ENERGIA
15 Anel barra acordo da Eneva e revê regras da Resposta da Demanda Roraima registra queda de 90% nas ocorrências de falta de energia
PETRÓLEO E GÁS
16 Petróleo cai pela quinta sessão com negociações entre EUA e Irã Rio contrata IFC para modelar novas concessões de gás natural
PAPO DE COMPLIANCE
17 "IA na rotina corporativa: onde termina a eficiência e começam os riscos éticos?", por Selma Vasquez
FINANÇAS
18 Governo reduz projeção do IPCA para 2026: de 5,1% para 4,9% Dólar fecha em queda de 0,11%; Bolsa sobe
MUNDO CORPORATIVO | OPINIÃO
19 "Como o avanço do crime organizado e sanções globais desafiam o compliance de empresas no Brasil", por Patrícia Punder e Marcelo Sandoval
JUSTIÇA
20 André Mendonça acusa Moraes de direcionar investigação no STF Fux relata ação sobre mulher de Moraes
21 Juiz beneficiou Master e sua mulher fechou contrato com Vorcaro
22 Dino pretende liberar julgamento sobre emendas após as eleições Zanin será o relator de ação sobre CPI
INTERNACIONAL
23 "O Brasil não cabe no quintal de ninguém", afirma Lula na ONU Presidente critica falhas da Nações Unidas
24 Em seu discurso, Trump ameaça usar a força na América Latina Macron critica chantagem sobre Ormuz



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executivos | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





ANDRÉA AQUINO

Advogada especialista em Direito Aduaneiro no DB Tesser Sociedade de Advogados, presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/CE e membro da Comissão Especial de Direito Aduaneiro do Conselho Federal da OAB
opinioao@portalbenews.com.br

DIREITO

O que a Antaq pode ensinar sobre um Estado mais eficiente

Jesus contou certa vez a história de um homem que encontrou joio crescendo no meio do trigo. Seus empregados quiseram arrancá-lo imediatamente. O dono do campo recusou. Ao tentar eliminar o joio antes da hora, explicou, eles poderiam arrancar também o trigo.

Dois mil anos depois, a parábola continua sendo uma boa aula sobre regulação. Um Estado que trata toda irregularidade como fraude, todo erro como infração e todo conflito como caso para punição talvez pareça rigoroso. Na prática, corre o risco de gastar sua força arrancando trigo.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) parece ter percebido isso.

A agência responsável pela regulação do transporte aquaviário publicou neste ano a Resolução 135/2026, que incorpora a fiscalização responsiva e mecanismos de solução consensual pré-fiscalizatória. Traduzindo do juridiquês: nem todo problema precisa começar com um auto de infração.

A nova lógica permite que determinadas controvérsias sejam submetidas à tentativa de **solução consensual antes da fiscalização** propriamente dita.

Se houver acordo, o conflito pode terminar ali. Se não houver, a máquina sancionadora continua disponível. Ao mesmo tempo, a fiscalização passa a considerar fatores como gravidade, risco e histórico do regulado, permitindo concentrar esforços onde eles realmente importam.

Não se trata, portanto, de fiscalizar menos. Trata-se de fiscalizar melhor.

Durante décadas, construímos no Brasil uma espécie de fetiche pela punição. Fiscalizar virou quase sinônimo de autuar; eficiência estatal, de arrecadar multas. Como se o bom árbitro fosse aquele que distribui mais cartões — e não aquele que faz o jogo funcionar.

A economia ensina algo diferente: pessoas e empresas respondem a incentivos.

Em 1998, os economistas Uri Gneezy e Aldo Rustichini estudaram creches em Israel que decidiram multar pais atrasados para buscar os filhos. Parecia óbvio que os atrasos diminuiriam.

Aconteceu o contrário. Eles aumentaram.

A multa transformou uma obrigação moral em uma transação econômica. A sanção, mal desenhada, produziu o comportamento que pretendia combater.

Regulação também é desenho de incentivos.

Mas há outra conta nessa equação: **quanto custa ao Estado punir?**

Fiscalização custa. Processo administrativo custa. Servidores, procuradores,

perícias e anos de tramitação custam. E, quando a controvérsia chega ao Judiciário, uma nova máquina pública começa a girar para resolver um problema que, algumas vezes, poderia ter terminado numa mesa de negociação.

Esse custo raramente aparece no valor de uma multa. Mas alguém o paga. No fim, somos todos nós.

É nesse ponto que a experiência da Antaq ganha dimensão econômica.

Entre agosto e dezembro de 2025, foram realizadas 240 audiências relacionadas a cobranças de sobre-estadia de contêineres. Em 176 houve acordo. A taxa de resolução chegou a 73,3%, e aproximadamente R\$ 23 milhões em cobranças deixaram de pesar sobre os usuários.

O ganho não está apenas nos milhões economizados pelo setor privado. Está também nos processos que não precisam nascer, nas horas de fiscalização que podem ser direcionadas a infrações mais relevantes e nas controvérsias que deixam de ocupar o Estado por anos.

Resolver cedo também é economizar dinheiro público.

Para quem importa ou exporta, isso é especialmente concreto. Um contêiner parado funciona como um taxímetro ligado diante de um carro que não anda. A carga pode estar imobilizada por circunstâncias que o empresário não controla.

O relógio, porém, continua correndo.

Quando surge uma cobrança contestada, começa outra conta invisível: advogados, funcionários, documentos, processos e anos de incerteza.

Tempo também é infraestrutura.

Mas consenso não pode virar impunidade.

O regulador que estende a mão diante de uma controvérsia legítima precisa saber fechá-la diante do abuso deliberado. A nova disciplina preserva sanções e permite considerar a reincidência e o histórico do regulado.

Primeiro, distinguir o joio do trigo. Depois, tratar cada um como aquilo que é. O empresário que corrige uma falha não pode receber o mesmo tratamento daquele que transforma a irregularidade em modelo de negócio. E o Estado que gasta a mesma energia com ambos não está sendo mais rigoroso. Está apenas sendo menos eficiente.

Num país acostumado a medir a força do Estado pelo tamanho da multa, a Antaq começa a experimentar outra métrica: quantos problemas conseguiu efetivamente resolver - e quanto custou à sociedade resolvê-los.

O Brasil precisa repensar o que significa um Estado eficiente.

A Antaq oferece um bom lugar para começar.

NUM PAÍS ACOSTUMADO A MEDIR A FORÇA DO ESTADO PELO TAMANHO DA MULTA, A ANTAQ COMEÇA A EXPERIMENTAR OUTRA MÉTRICA: QUANTOS PROBLEMAS CONSEGUIU EFETIVAMENTE RESOLVER - E QUANTO CUSTOU À SOCIEDADE RESOLVÊ-LOS

INSIGHT



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebenewscom.br

Novas locomotivas

A MRS Logística contratou a Wabtec Brasil para a aquisição de novas locomotivas, fornecimento de peças de reposição e serviços de manutenção de longo prazo para seu material rodante. O investimento será de R\$ 1,3 bilhão. A proposta abrange a fabricação e entrega de 50 locomotivas do modelo ES44 (Série Evolution), com cronograma de distribuição de unidades estendido até junho de 2032.

Produção mineira

Os equipamentos serão integralmente produzidos no polo fabril da Wabtec localizado em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Segundo a executiva de contas da multinacional, Mariana Chamone, o início da produção industrial está programado para o primeiro semestre do próximo ano, aproveitando a capacidade operacional instalada da linha especializada da planta mineira e acionando uma rede de mais de 300 fornecedores locais.

Modernização da frota

Em comunicado ao mercado divulgado nesta semana, a MRS destacou que o aporte visa acelerar a modernização de sua frota, elevar a confiabilidade dos ativos e otimizar o transporte de cargas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. “A tecnologia das novas locomotivas proporciona maior eficiência energética e menor volume de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a redução da intensidade de emissões das operações ferroviárias da companhia. A aquisição das novas máquinas e a contratação dos serviços também contribuirão para o desempenho e a modernização da frota da MRS”, informou.

Logística catarinense

O mapa da infraestrutura imobiliária e da armazenagem de cargas no Brasil registrou uma guinada histórica no segundo trimestre do ano. Pela primeira vez na série histórica, o estado de Santa Catarina superou São Paulo na entrega de novos galpões logísticos de alto padrão (Classe A/A+), segundo dados da consultoria imobiliária JLL divulgados pelo Metro Quadrado. No acumulado do 2º trimestre de 2026, Santa Catarina adicionou 277 mil m² de novo estoque logístico ao mercado nacional, enquanto o estado de São Paulo, que historicamente lidera o setor com ampla margem, registrou a entrega de 191 mil m².

Flávio cresce no Nordeste, Lula avança no Sudeste

Segundo pesquisa Quaest, os candidatos melhoraram seus desempenhos nas regiões onde enfrentam resistência

Divulgação



Flávio Bolsonaro avançou 3 pontos percentuais no Sudeste, enquanto Lula avançou 5 pontos no Sudeste

Estadão Conteúdo

Em uma semana, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reduziu a vantagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entre eleitores do Nordeste, variando de 28% das intenções de voto no cenário de segundo turno para 31%. Lula segue liderando, mas foi de 60% de menções para 57%. Ambas as variações foram apontadas na pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira, 21, e ocorreram dentro da margem de erro para o segmento, de quatro pontos percentuais.

Ao mesmo tempo em que oscilou para baixo entre nordestinos, Lula cresceu entre eleitores do Sudeste, passando de 31% para 36% de preferência na região. Flávio Bolsonaro segue na liderança no recorte, mas recuou de 47% para 43%. A margem de erro no segmento é de três pontos percentuais.

A pesquisa também indicou o crescimento de Flávio

Bolsonaro entre eleitores evangélicos na simulação de segundo turno. O senador avançou sete pontos percentuais, de 51% para 58% da preferência do grupo. Lula manteve o índice registrado na última rodada, de 28%. A margem de erro no segmento é de quatro pontos percentuais.

Entre os católicos, quem lidera é Lula, com 46% das intenções de voto contra 37% do senador. A margem de erro do recorte é de três pontos percentuais.

No cenário geral, Flávio Bolsonaro e Lula estão empatados. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro tem 42% das intenções de voto, e o presidente, 41%. São 14% os votos brancos e nulos, e 3% estão indecisos. Embora o candidato do PL esteja numericamente à frente, o cenário é de empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais.

A Quaest entrevistou 2.004 eleitores entre os dias 17 e 20 de setembro. O nível de confiança é de 95%. O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o

protocolo BR-06004/2026.

Reunião

As campanhas entram na reta final para o primeiro turno das eleições fazendo ajustes diariamente. Nesta terça-feira, a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, convocou outros auxiliares do governo Lula para discutir a estratégia nestes últimos dias. O encontro foi realizado em Brasília, sem a presença de Lula, que estava em Nova York.

Segundo apurou o Broadcast Político (Sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a intenção do jantar era alinhar o discurso dos ministros no apoio à reeleição de Lula. Auxiliares com potencial de voto serão orientados a conquistar votos nos Estados.

Desde o início da campanha, ministros estão sendo cobrados para percorrer o País para divulgar e defender ações do Executivo. Além de aumentar a presença em redes sociais e veículos locais, foi estabelecida uma meta de pelo menos três viagens semanais para cada auxiliar.

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

7 de outubro



PRESENÇAS CONFIRMADAS

9h00 - Abertura do ENAPH
Encontro Nacional
de Autoridades
Portuárias e Hidroviárias



LUIZ FERNANDO GARCIA
Presidente da ABEPH



**EDME TAVARES DE
ALBUQUERQUE FILHO**
Diretor de Infraestrutura
Aquaviária do DNIT

9h30 - Palestra ENAPH
Tema: Investimentos em
infraestrutura portuária
e dutoviária



JONES SOARES
Diretor de Transporte
Marítimo da Transpetro

10h00 - Painel ENAPH
Futuro do sistema
portuário nacional



ARMANDO MONTEIRO BISNETO
Diretor-Presidente do
Complexo de Suape



OQUERLINA COSTA
Presidente do Porto
do Itaqui

11h00 - ESPAÇO EXPO
As ações consolidadas pela
Codern nos últimos 3 anos

Speaker:



PAULO HENRIQUE MACEDO
Presidente da Codern

Demais autoridades a confirmar

Royal Tulip Alvorada
Brasília - DF

Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



POLÍTICA

TSE abre investigação contra Flávio Bolsonaro, Gaspar e Frias

Os três são suspeitos de abuso de poder econômico e político. O problema em questão é a participação deles em rede coordenada de perfis no Instagram para contornar as normas

Estadão Conteúdo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) abriu uma investigação nesta terça-feira, 22, contra o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) e seu vice, Alfredo Gaspar (PL), e o deputado federal Mário Frias (PL-SP), por suposto abuso de poder econômico e político na participação de uma rede coordenada de perfis no Instagram.

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, atendeu a um pedido da coligação formada por PT, PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e Rede. A investigação ainda é preliminar. A condenação na Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) pode causar a cassação das candidaturas ou dos mandatos e tornar os acusados inelegíveis por oito anos.

Segundo os partidos, os três participaram de uma

suposta rede coordenada de perfis no Instagram que se vale do recurso de coautoria - as chamadas collabs - para contornar as normas que proíbem a contratação de impulsionamento e de disparo em massa durante a campanha eleitoral.

Collabs (abreviação de collaborations, ou publicações em coautoria)

são um recurso nativo de plataformas como o Instagram que permite que uma mesma postagem seja compartilhada simultaneamente por dois ou mais perfis diferentes.

A rede das quais os políticos fariam parte também teria descumprido a exigência de rotulagem de conteúdos produzidos com

inteligência artificial (IA).

Dados de perfis

Ainda de acordo com as legendas, uma parte dessa rede - 12 perfis com mais de dez milhões de seguidores - divulga links de venda de produtos de campanha na plataforma Shopee, o que violaria as regras de co-

mercialização de bens em campanha.

Em sua decisão, Cueva determinou que a Meta, controladora do Facebook, Instagram e WhatsApp, forneça, em até 48 horas, os dados dos perfis questionados na ação, inclusive os registros de criação e acesso dos últimos 90 dias, além de preservar e manter essas informações durante a tramitação do processo. Segundo o despacho, também deve ser suspensa a divulgação dos sites de e-commerce que constam nos perfis relacionados no processo.

Além disso, o ministro também deu 48h para que a Shopee informe quem são os responsáveis pela Bella Chic Store e identifique os titulares de três links encurtados utilizados pelos perfis, com a informação se eles estão ou não vinculados a contas do programa de afiliados da plataforma.

O corregedor fixou ainda multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da decisão.



Flávio Bolsonaro cumprimenta seu candidato a vice, Alfredo Gaspar. Os dois são investigados junto com o deputado federal Mário Frias

Senador também aciona tribunal contra Lula

O candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, e seu vice, Alfredo Gaspar (PL-AL), acionaram nesta terça-feira, 22, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A alegação é de suposta prática de conduta vedada durante a campanha.

A representação também tem como alvos o vice-presidente e candidato à reeleição, Geraldo Alckmin (PSB), e os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Justiça, Wellington César Lima e Silva. Segundo a

campanha de Flávio, trata-se da 14ª representação do senador contra Lula.

A ação questiona dois eventos realizados por Lula nos dias 17 e 18 de setembro. O primeiro ocorreu no complexo industrial da Eurofarma, em Montes Claros (MG), e o segundo foi um evento de segurança pública no Complexo da Polícia Rodoviária Federal (PRF), no Rio de Janeiro. Segundo a representação, os atos teriam sido usados para promoção pessoal e eleitoral do presidente e posteriormente divulgados em canais oficiais

do governo durante o período de vedação da publicidade institucional.

No caso da Eurofarma, os advogados afirmam que Lula e autoridades presentes associaram políticas e resultados do governo à figura do presidente. A representação cita, entre outras falas, declarações de Padilha e do presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, sobre ações do governo Lula. O documento também afirma que Lula utilizou o evento para comparar governos e criticar o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

A defesa de Flávio também questiona a divulgação posterior do evento pelo Ministério da Saúde. Segundo a representação, a Pasta publicou, em 17 de setembro, matérias sobre a visita de Lula à Eurofarma e sobre a futura disponibilização de medicamentos para emagrecimento pelo SUS, com identificação nominal do presidente.

Durante o evento, Lula afirmou que canetas emagrecedoras serão distribuídas gratuitamente para pacientes com obesidade, mas não indicou quando a

iniciativa passará a valer, nem mesmo se será neste ou em um eventual quarto mandato.

“Essa canetinha vai ser utilizada para cuidar, de graça, para as pessoas que tenham obesidade. Quando o médico detectar que um homem ou uma mulher tem problema de se curar”, disse o petista durante uma visita ao Complexo Industrial da Eurofarma.

Os advogados sustentam que Lula teria utilizado uma solenidade oficial para inserir conteúdo político contra adversários.

Após falta em sessão, Jair Renan pede abono e é criticado por colega

Filho de Jair Bolsonaro pediu para não ter valores descontados em seu salário de vereador em Balneário Camboriú (SC) e não foi atendido. “Cria vergonha na cara”, disse colega

Reprodução / Youtube

Estadão Conteúdo

O vereador de Balneário Camboriú Jair Renan Bolsonaro (PL), candidato a deputado federal por Santa Catarina, pediu nesta terça-feira, 22, para não ser descontado por faltar a uma sessão da Câmara Municipal na semana passada. O vereador afirmou que faltou por “motivo de ordem pessoal”, mas o requerimento para ter a ausência abonada foi rejeitado por 10 votos a 5, com uma abstenção.

Ao votar contra o pedido, o vereador Marcelo Achutti (MDB) criticou o colega por pedir que a Casa o abone pela falta em meio à campanha por uma vaga na Câmara dos Deputados. “Recebeu R\$ 3 milhões do Fundo Eleitoral e ainda quer que nós abonemos, vai criar vergonha na cara”, disse o parlamentar. “Está em campanha eleitoral, faça igual

os demais. Eu, quando fui candidato, licenciei-me e dei vaga ao suplente.”

Segundo o Regimento Interno da Câmara de Balneário Camboriú, faltas não justificadas geram um desconto proporcional à sessão em que o vereador não esteve presente. Na prática, a falta de Jair Renan na sessão de 16 de setembro gerará um desconto de R\$ 2,2 mil no seu salário. O vencimento de um vereador da cidade é de R\$ 18,2 mil mensais.

Ao final da sessão, Jair Renan tomou a palavra e rebateu Marcelo Achutti. “Tenho que visitar o meu pai”, justificou o vereador. “Não entendo o que tem a ver com Fundo Eleitoral. Eu não pego o Fundo Eleitoral para fazer bagunça. Pego para fazer campanha e o que sobrar, eu devolvo”, completou.

O Estadão procurou a defesa do ex-presidente, que não confirmou que o filho “04” de Bolsonaro esteve na casa dele na quarta-feira passada.

Jair Renan faltou em três sessões da Câmara de Balneário Camboriú desde

o início da campanha eleitoral, em 16 de agosto. No mês passado, o parlamentar faltou a uma sessão, e nesse mês, em duas. Para justificar a ausência em agosto, Jair Renan usou um artigo do Regimento da Casa segundo o qual é permitido faltar a um encontro por mês sem desconto no salário.

Além das sessões do plenário, Jair Renan também tem faltado às reuniões de comissões permanentes. Em julho, o presidente do colegiado de Segurança Pública, Eduardo Zanatta (PT), pediu que ele deixasse a comissão por excesso de faltas sem justificativas. Das 12 reuniões realizadas entre janeiro e junho deste ano, o filho de Jair Bolsonaro só foi a três encontros, sem justificar as ausências nos demais dias.

Plágio em projeto

Como mostrou o Estadão, Jair Renan teve uma atuação apagada desde que assumiu o mandato de vereador. O parlamentar aprovou quatro projetos de lei em um ano e meio, mas nenhum deles saiu do papel. Uma das pro-



A falta de Jair Renan na sessão da Câmara Municipal vai gerar um desconto de R\$ 2,2 mil no seu salário de R\$ 18,2 mil mensais

postas aprovadas por ele foi plagiada da Câmara de São Paulo. O vereador replicou o conteúdo de um projeto aprovado na capital paulista, mas não creditou a autora original da proposta.

Jair Renan é o quarto filho de Jair Bolsonaro. Ele é filho de Ana Cristina Valle, segunda mulher do ex-presidente, enquanto Flávio, Carlos e Eduardo são filhos de Rogéria Nantes, primeiro casamento do pai.

Ele já foi réu por lavagem de dinheiro e falsificação de documentos. A ação penal do caso foi trancada no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em fevereiro deste ano.

Jair Renan também já teve desentendimentos públicos com Michelle Bolsonaro (PL) e outros aliados do pai, como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que comparou sua inteligência a de uma “toupeira cega”.

Deltan Dallagnol terá novo julgamento

O TRE-PR julgará recurso apresentado contra a decisão que autorizou sua candidatura

Estadão Conteúdo

Com sua campanha ao Senado pelo Paraná suspensa, o ex-deputado Deltan Dallagnol (Novo) terá o registro de candidatura

novamente analisado pela Justiça Eleitoral nesta quarta-feira, 23.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) julgará um recurso apresentado pela coligação do PT contra a decisão que autorizou a candidatura. O caso está no item 23 da pauta da sessão, marcada para as 14h.

A análise no TRE-PR ocorre após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manter, nesta segunda-feira, 21, a suspensão dos atos de campanha de Dallagnol. A medida havia sido determinada em caráter liminar no sábado, 19, pelo ministro Floriano de Azevedo Marques. Os dois processos tramitam paralelamente:

enquanto o tribunal paranaense discutirá a validade do registro, o TSE manteve, por ora, a interrupção das atividades de campanha.

Em nota, Deltan Dallagnol afirma que as provas estão nos autos e já fundamentaram o reconhecimento da elegibilidade no Paraná, “o TSE tem o dever de examiná-las e ouvir mi-

nha defesa. Contraditório e ampla defesa são garantias constitucionais e precisam ser respeitados pela própria Justiça Eleitoral. Confio que, com essas garantias asseguradas, teremos no TSE o mesmo reconhecimento obtido no Paraná, preservando o direito dos paranaenses de escolher seus representantes”, destacou Deltan.

BRASIL EXPORT

Setor cobra menos entraves e mais integração para acelerar infraestrutura

Encontro reuniu TCU, TST e empresários em discussão sobre concessões, regulação e conexão entre os diferentes modais de transporte

ALINE SILVA
redacao.jornal@redebnews.com.br

Autoridades e representantes do setor privado defenderam nesta terça-feira (22), em Brasília, maior segurança jurídica, redução da burocracia e integração entre os diferentes modais de transporte como caminhos para ampliar os investimentos em infraestrutura no país. O debate foi realizado na Casa Brasil Export e reuniu o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da Academia Brasileira de Direito da Infraestrutura (ABDInfra) Breno Medeiros e empresários ligados aos setores portuário e logístico.

Durante o encontro, Vital afirmou que o TCU tem buscado assumir uma postura mais preventiva e colaborativa no acompanhamento de concessões e políticas públicas. “O tribunal é muito mais pedagógico do que punitivista. Ele é muito mais dialogal do que sancionatório. Ele é muito mais colaborador do que sancionatório”, afirmou.

Segundo Vital, o tribunal atua como um fiscalizador de “segunda ordem”. As agências reguladoras tomam as decisões relacionadas aos setores que supervisionam, enquanto o TCU verifica se os procedimentos foram realizados dentro das regras.



O CEO do Brasil Export, Fabricio Julião, o presidente do TCU, Vital do Rêgo, e o ministro do TST e presidente da ABDInfra, Breno Medeiros, durante debate na Casa Brasil Export

O presidente do tribunal também destacou os impactos da burocracia sobre os investimentos. Citando levantamento produzido pelo TCU, afirmou que o custo da burocracia chega a R\$ 1,7 trilhão no Brasil e mencionou problemas como demora na liberação de licenças, falta de compartilhamento de informações entre órgãos, insegurança jurídica contratual e lentidão de obras estruturantes.

Vital também criticou as limitações orçamentárias impostas às agências reguladoras. Segundo ele, embora tenham autonomia funcional, esses órgãos não dispõem da mesma independência financeira. “Temos as agências que têm autonomia funcional, mas não têm autonomia orçamentária nem financeira”, disse.

O ministro Breno Medeiros, do TST, também colocou a segurança jurídica no centro da discussão. Medeiros é presidente da ABDInfra, entidade criada neste ano para reunir

ministros, magistrados, integrantes de órgãos de controle e especialistas em debates sobre o desenvolvimento da infraestrutura, concessões, regulação, financiamento e governança.

“O nosso problema é segurança jurídica”, afirmou Medeiros.

O ministro mencionou o chamado “medo da caneta”, expressão usada para descrever a resistência de gestores em tomar decisões diante da possibilidade de responsabilização posterior. Para ele, órgãos de controle podem contribuir ao oferecer parâmetros mais claros para a atuação do poder público.

Durante o encontro, Medeiros também convidou Vital do Rêgo a integrar a ABDInfra. Segundo ele, a academia pretende aproximar empresários, autoridades e especialistas para discutir demandas concretas e buscar formas de viabilizar projetos no setor.

A multimodalidade também esteve entre os principais temas da reu-

nião. Vital defendeu que o desenvolvimento dos portos seja acompanhado por investimentos em ferrovias, rodovias e cabotagem, de modo a permitir maior integração da cadeia logística.

A discussão sobre integração logística também foi reforçada por Roberto Oliva, fundador da Intermarítima Portos e Logística e presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). Durante o encontro, ele destacou a importância de pensar os portos em conexão com os demais modais e citou experiências internacionais, como a do Porto de Antuérpia, na Bélgica, para defender uma infraestrutura mais integrada e menos sujeita a entraves burocráticos.

Na mesma linha, o presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL), Ricardo Buteri, defendeu que a multimodalidade seja tratada como política de

Estado e chamou atenção para a baixa participação das ferrovias no transporte de cargas containerizadas.

Segundo Buteri, em uma operação no Porto de Santos, apenas cerca de 3% da carga de contêineres é transportada por ferrovia. “É inadmissível aceitar que um terminal tenha capacidade e só faça 3% do que ele pode fazer”, afirmou.

Buteri também defendeu a criação de mecanismos que estimulem investimentos na integração ferroviária e afirmou que experiências internacionais mostram ganhos de eficiência quando diferentes modais são planejados de forma conjunta.

Para Vital, o avanço da infraestrutura depende da articulação entre governo, setor privado, agências e órgãos de controle. “O trabalho do TCU como fiscalizador de segunda ordem é feito para ser pedagógico, colaborativo, ser parceiro e não ser punitivista, antagonista ou dificultar essas políticas”, afirmou.

Divulgação

Vital do Rêgo diz que Tecon Santos 10 avança após eleições

Grupo do governo vai revisar regras do leilão e eventuais mudanças relevantes podem levar o processo de volta ao TCU

ALINE SILVA
redacao.jornal@redebenews.com.br

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, afirmou nesta terça-feira (22), durante reunião na Casa Brasil Export, que a definição sobre o Tecon Santos 10 deve avançar após as eleições. Segundo ele, o grupo de trabalho criado para discutir a modelagem do terminal vai reavaliar a proposta e, caso sejam feitas alterações relevantes, o processo poderá retornar à análise do tribunal.

“Vamos deixar passar a eleição para ver se o governo, a agência e o ministério se entendem”, afirmou Vital, em Brasília.

O grupo reúne representantes da Casa Civil, do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A articulação foi criada diante das divergências sobre o modelo do

leilão, sobretudo em relação à participação de empresas que já operam no Porto de Santos. Em uma das reuniões realizadas em julho participaram o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil, Marcus Cavalcanti, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, e o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias.

Vital explicou que a nova etapa não significa necessariamente a retomada de todo o processo no TCU. “O grupo de trabalho que foi criado vai reanalisar o trabalho que a agência fez. A agência se posicionou de uma forma, o TCU aperfeiçoou a forma que a agência se posicionou. Se houver mudanças que possam necessitar de uma análise nova do tribunal, nós faremos”, disse.

O Tecon Santos 10 é projetado para a região do Saboó, na margem direita do Porto de Santos, e prevê

investimentos de aproximadamente R\$ 6,45 bilhões, com contrato de 25 anos. A área destinada ao empreendimento tem cerca de 622 mil metros quadrados. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o projeto poderá ampliar em cerca de 50% a capacidade de movimentação de contêineres do porto.

A licitação, porém, está envolvida em uma disputa sobre as regras de participação. Um dos principais pontos é se empresas que já operam terminais de contêineres em Santos poderão participar desde a primeira fase do certame e sob quais condições de desinvestimento caso vençam.

O processo já passou pela Antaq e pelo TCU, mas as divergências dentro do governo levaram à criação do grupo de trabalho para consolidar novas diretrizes. A Antaq mantém o projeto registrado oficialmente, mas ainda sem data definida para o leilão.

O presidente da Corte

de Contas demonstrou preocupação sobretudo com o tempo consumido pelas discussões. “O que eu muitas vezes me preocupo. É que um projeto dessa natureza, dessa magnitude, que mudará o comércio externo brasileiro, dure tanto tempo entre a burocracia e a falta de decisão política do governo”, afirmou.

Para o presidente do TCU, a saída passa pela delimitação do papel de cada instituição. “O governo tem que arcar com a decisão política, que isso é discricionário do governo, a agência faz a regulação que deve fazer e o tribunal analisa o trabalho da agência”, disse. E completou: “Sem querer tomar partido por A, B ou C, o importante é fazer a coisa acontecer.”

Outros projetos em Santos

Durante o evento, Vital também citou outras intervenções relacionadas à infraestrutura do Porto de

Santos. Uma delas é o aprofundamento do canal de navegação para permitir a operação com calado de 16 metros, processo que também passa pelo TCU.

Ele mencionou ainda tratativas envolvendo renovação de contratos de terminais e investimentos associados à Perimetral de Guarujá, projeto voltado à melhoria dos acessos terrestres ao complexo portuário.

As intervenções fazem parte de uma agenda mais ampla de expansão de capacidade e melhoria dos acessos ao Porto de Santos, que inclui também o Tecon Santos 10 e outros projetos de integração logística.

Para Vital, a ampliação portuária precisa avançar acompanhada da infraestrutura de acesso. “É fundamental que a gente tenha essa intermodalidade, o desenvolvimento portuário junto com as condições mínimas de acessibilidade ao nosso Porto de Santos”, afirmou.

Divulgação



TRANSPORTES | Portos

Equipe 100% feminina conquista o Porto Hack Santos 2026

Estudantes de Engenharia de Controle e Automação do IFSP de Cubatão conquistaram estágios em empresas do setor portuário

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebnews.com.br

As estudantes do curso de Engenharia de Controle e Automação do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), de Cubatão, conquistaram o primeiro lugar do Porto Hack Santos 2026, a sexta edição da maratona de inovação, realizada na terça-feira (22), em Santos (SP). A cerimônia de divulgação dos vencedores ocorreu no auditório do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros (SDAS).

O anúncio do grupo vencedor ocorreu após a apresentação dos seis projetos finalistas para a banca de profissionais ligados ao setor portuário. O Porto Hack Santos é uma iniciativa da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Al-

fandegados (ABTRA) e do Instituto AmiGU.

Com uma formação 100% de mulheres em uma área tradicionalmente associada aos homens, como é o caso de engenharias e da tecnologia, o grupo chegou ao primeiro lugar de uma competição voltada justamente à busca de soluções tecnológicas para problemas enfrentados pelo maior complexo portuário do país.

Na segunda colocação ficou a equipe Prisma, enquanto o terceiro lugar foi conquistado pela ImportAtlas.

“Fui júri e dei nota 10 para elas em todos os quesitos. Não foi somente a solução que elas desenvolveram, mas a maneira como elas organizaram, definiram o problema, se estruturaram, planejaram, implementaram e apresentaram. O grupo todo falou durante o pitch, isso demonstra tra-

balho de equipe, liderança, sinergia, comunicação e desenvolvimento. É isso que as empresas buscam, pessoas capazes de trabalhar em equipe”, comentou Tetsu Koike, Diretor de Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos(MPor).

O desafio

Neste ano, o Porto Hack Santos colocou os participantes diante das mudanças que estão ocorrendo no comércio exterior brasileiro. O desafio consistiu em investigar como os importadores devem reagir ao Novo Processo de Importação (NPI), especialmente à implantação da Declaração Única de Importação (Duimp), e quais impactos essas transformações poderão provocar nos terminais portuários e recintos alfandegados.

A proposta apresentada aos competidores previa o desenvolvimento de um agente de inteligência artificial (IA) capaz de mapear e prever o comportamento dos importadores diante das mudanças e identificar possíveis reflexos para o setor.

A questão tem relação direta com a operação portuária. A implantação do novo modelo de importação modifica procedimentos aduaneiros e pode interferir no fluxo das mercadorias, no tempo de permanência das cargas e na demanda por serviços prestados por terminais e recintos alfandegados.

“Nessa edição a gente testou conceitos diferentes. Além da maratona, antecipamos o desafio para as equipes e elas foram a campo para fazer essa pesquisa. Esses meninos eles mesmo se surpreenderam, fizeram

pesquisas com importadores importantes, entenderam todo o processo e fizeram propostas de soluções, algumas com uso de IA, para tentar antecipar o comportamento do importador”, comentou Angelino Caputo, presidente-executivo da ABTRA.

Premiação

Além da primeira colocação, cada integrante do grupo garantiu uma vaga de estágio em empresas associadas à ABTRA. Em 2026, as empresas são a Bandeirantes-Deicmar e Multilog.

“Se somar todas as edições do evento, temos 50 pessoas empregadas no setor portuário que vieram do hackaton, e isso é muito importante para a gente. E estamos nessa edição tentando potencializar isso, de colocar mais pessoas nas empresas do setor”, completou Caputo.

As campeãs também terão suas competências registradas em um portfólio digital na plataforma Sou AmiGU. O perfil reúne avaliações realizadas ao longo da maratona, incluindo um radar de competências que é um indicador de preparação profissional (readiness score), que ficará disponível para empresas associadas à ABTRA.

Os integrantes das equipes que terminaram em segundo e terceiro lugares também poderão ser beneficiados. Eles terão prioridade para eventuais vagas adicionais de estágio disponibilizadas pelas empresas associadas para o evento, além de portfólio digital em destaque e cinco horas de mentoria individual de carreira.



O Porto Hack Santos é uma iniciativa da ABTRA e do Instituto AmiGU. A cerimônia de divulgação dos vencedores ocorreu no auditório do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros

TRANSPORTES | Portos

Correnteza fecha canal de acesso ao Porto de Itajaí-Navegantes

Entradas e saídas de embarcações foram suspensas após aumento da vazão do Rio Itajaí-Açu elevar riscos à navegação

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A Capitania dos Portos de Itajaí decretou o fechamento do canal de acesso ao complexo portuário de Itajaí-Navegantes, em Santa Catarina, na noite de segunda-feira (21), em razão da forte correnteza registrada. Com a medida, estão temporariamente suspensas as entradas e saídas de embarcações.

De acordo com a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), a decisão foi tomada às 20h58, após uma avaliação das condições do canal apontar que a intensidade da correnteza estava acima dos limites estabelecidos pelas



Divulgação

As condições do canal ficaram acima dos limites de segurança, levando à suspensão do tráfego de navios e à adoção de medidas preventivas no complexo portuário catarinense

normas de segurança da navegação.

O fechamento ocorre após um dia de dificuldades provocadas pela elevada vazão e pela forte correnteza do Rio Itajaí-Açu.

Na manhã de terça-feira (22), uma embarcação atracada no Berço 2 da JBS Terminais precisou permanecer sob assistência contínua de três rebocadores

para ser mantida em segurança junto aos cais.

Segundo informações da Praticagem divulgadas pela SPI, a operação com os rebocadores começou por volta das 4 horas.

Durante o período de maior intensidade da correnteza, três espias de amarração do navio se romperam. A embarcação chegou a se afastar aproximadamente cinco metros

do cais, mas a situação foi controlada com o auxílio dos rebocadores.

Diante das condições, foi definida preventivamente a transferência do navio do Berço 2 da JBS Terminais para o Berço 2 da Portonave, em Navegantes. A manobra foi programada para ocorrer em horário próximo à preamar, período em que as condições seriam mais favoráveis.

Segundo a Superintendência, a Autoridade Marítima, o agente responsável pelo navio e os terminais envolvidos foram informados e acompanharam a operação.

As restrições estão relacionadas às condições do Rio Itajaí-Açu. Conforme a SPI, o nível do rio em Blumenau ultrapassou os seis metros nesta semana. O aumento da vazão repercute diretamente na velocidade das águas no canal de acesso ao complexo portuário.

Até o fechamento desta edição não havia previsão para a retomada da navegação. Uma eventual reabertura dependerá da melhora das condições do canal e de nova avaliação sobre os parâmetros de segurança.

TRANSPORTES | Hidrovias

Antaq busca nos EUA referências para projetos de hidrovias no Brasil

Missão técnica reúne órgãos brasileiros e o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA em agenda sobre dragagem, navegação e gestão ambiental

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) participa de uma missão técnica nos Estados Unidos voltada à troca de experiências sobre navegação em águas rasas, infraes-

trutura hidroviária e gestão ambiental. A programação reúne representantes brasileiros e do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE), além de servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), dos ministérios de Portos e Aeroportos (MPor) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Ibama.

A agenda inclui temas como dragagem fluvial,

estabilização de canais, transporte de sedimentos, regulamentação de portos fluviais, modelagem numérica e soluções baseadas na natureza. A delegação brasileira visitou o distrito de Nova Orleans do USACE, o canal Inner Harbor e o Bonnet Carré Spillway, estrutura usada no controle das águas do Rio Mississippi.

O grupo também conheceu o Porto de South Louisiana, o Centro de Estudos

de Rios da Louisiana State University e instalações do Engineer Research and Development Center (ERDC), em Vicksburg, no Mississippi.

Nesta semana, a missão segue com atividades no Rio Columbia, entre Oregon e Washington, onde os participantes acompanham soluções relacionadas à navegação, dragagem, gestão de recursos hídricos e aproveitamento do material reti-

rado dos canais.

A cooperação entre a Antaq e o USACE integra o Contrato nº 20/2023, voltado à assessoria técnica em estudos e projetos de infraestrutura aquaviária. Segundo a agência, o intercâmbio deverá servir de referência para projetos brasileiros de concessões hidroviárias, incluindo iniciativas nos rios Madeira, Tapajós, Tocantins e Paraguai, além da Barra Norte e da Lagoa Mirim.



ROSA DOS VENTOS

Transações, capital e financiamento em portos, óleo e gás e navegação



MATHEUS OLIVA
Jornalista

O capital se moveu entre duas velocidades nesta semana: capturar o caixa dos petroleiros e preparar a próxima fronteira do petróleo brasileiro.

No apoio marítimo, a OceanPact incorporou a CBO e reuniu 70 embarcações, com carteira contratada acima de R\$ 14 bilhões, concentrada na Petrobras. Na ROG.e, evento do setor de energia no Rio de Janeiro, a petroleira reafirmou o plano de investir US\$ 2,5 bilhões na exploração da Margem Equatorial entre 2026 e 2030, com 15 poços previstos. A Galp também quer ampliar sua presença na região. São apostas de longo prazo: transformar exploração em receita dependerá de descobertas comerciais, licenças e infraestrutura de apoio.

Nos petroleiros, o retorno é mais imediato. Um navio de 15 anos foi vendido por valor superior ao preço de uma unidade nova. Pantheon Tankers e Asyad Shipping aproveitaram o mercado para vender quatro embarcações; a Trafigura busca US\$ 500 milhões para financiar as que encomendou.

A diferença está no tempo. Alguns investidores vendem ativos valorizados; outros comprometem capital hoje para disputar receitas futuras. Na costa Norte brasileira, preparar a infraestrutura é parte dessa aposta.

AQUISIÇÕES E CONTROLE

1 OceanPact incorpora CBO e reúne 70 embarcações

A OceanPact concluiu a incorporação da CBO, armadora de apoio marítimo, com aumento de capital de R\$ 1,48 bilhão e emissão de novas ações, negociadas na B3 desde 17 de setembro. Vinci Compass e Pátria ficaram com 21,8% cada; Flavio Andrade, presidente da companhia, com 13%; e BNDESPar, com 10,9%. O grupo reúne 70 embarcações e carteira contratada acima de R\$ 14 bilhões. A concentração na Petrobras dá visibilidade de receita, mas amplia a exposição a um único cliente.

2 Oferta aproxima AD Ports da saída da bolsa

A L'imad Holding, investidora soberana de Abu Dhabi, recebeu adesões que elevarão sua participação na AD Ports de 75,42% para 98,5%, após a liquidação prevista até 9 de outubro. A oferta de AED 6,25 por ação avalia a operadora portuária em US\$ 8,66 bilhões e abre caminho para sua saída da bolsa. O movimento tem conexão brasileira: a AD Ports mantém acordo para comprar, por US\$ 835 milhões, a CLI, operadora de terminais de grãos em Itaquí e Santos.

3 CoreMarine compra BravOcean para ampliar atuação no Brasil

A norueguesa CoreMarine concluiu em 18 de setembro a compra da BravOcean, empresa brasileira de engenharia, gestão de projetos e serviços de instalação submarina. A aquisição amplia sua capacidade de executar projetos para petroleiras em águas profundas no Brasil, incorporando equipe especializada e atuação local. O preço não foi divulgado.

EXPLORAÇÃO E EXPANSÃO

4 Galp quer ampliar presença na Margem Equatorial

A Galp, sócia da Petrobras com 10% em quatro blocos de Barreirinhas, afirmou na ROG.e que pretende ampliar sua presença na Margem Equatorial. A manifestação indica interesse em novas oportunidades, não uma aquisição concluída. A bacia fica na costa do Maranhão, onde a infraestrutura de apoio será parte importante da avaliação dos projetos. Para a empresa portuguesa, o próximo passo será transformar interesse em novos compromissos de capital.

5 Petrobras reserva US\$ 2,5 bilhões para 15 poços

O Plano de Negócios 2026–2030 da Petrobras prevê US\$ 2,5 bilhões para exploração na Margem Equatorial, com a perfuração de 15 poços. Na Foz do Amazonas, prevê iniciar, no começo de 2027, o primeiro de três novos poços no bloco FZA-M-59. Informou também que outros dez blocos, em parceria com a ExxonMobil, dependem de licença do Ibama. O investimento busca avaliar o potencial da região; eventual produção comercial exigirá decisões posteriores de desenvolvimento e infraestrutura.

NAVIOS E ENCOMENDAS

6 Contratos com a Vale sustentam encomenda de US\$ 432 milhões

A sul-coreana Wooyang Shipping encomendou quatro graneleiros de grande porte ao estaleiro chinês New Times Shipbuilding, por cerca de US\$ 432 milhões, com entrega entre 2029 e 2030. Cada navio terá 210 mil toneladas de porte bruto e poderá usar etanol e metanol. A encomenda se apoia em contratos de transporte de minério com a Vale por 25 anos, no valor total de US\$ 1,65 bilhão, prorrogáveis por mais cinco. O prazo longo dá previsibilidade de receita ao investimento na frota.

7 Samsung fecha US\$ 1,2 bilhão em seis navios

A Samsung Heavy Industries assinou contrato de US\$ 1,2 bilhão para construir quatro navios de transporte de gás natural liquefeito e dois petroleiros. O comprador não foi identificado. Com o negócio, as encomendas recebidas pelo estaleiro sul-coreano em 2026 chegam a US\$ 7,3 bilhões, superando os US\$ 7,1 bilhões de todo o ano anterior. O avanço é nas encomendas: não se trata de receita já recebida.

CAPITAL E VENDA DE ATIVOS

8 Trafigura busca US\$ 500 milhões para frota de superpetroleiros

A Trafigura constituiu em Cingapura a Volare Shipping e busca US\$ 500 milhões em colocação privada para financiar navios em construção. A empresa tem seis superpetroleiros em operação e oito encomendados, com os quais pretende chegar a 14 até outubro de 2028. A listagem no Euronext Growth Oslo está prevista para 5 de outubro. A estrutura reúne a frota em uma empresa própria e abre espaço para investidores participarem de sua expansão.

9 Petroleiro de 15 anos é vendido acima do preço de um novo

A grega Pantheon Tankers vendeu o Sea Leopard, superpetroleiro construído em 2011, por US\$ 135 milhões, acima da referência de US\$ 131 milhões para uma unidade nova. A comparação destaca uma diferença importante: comprar um navio existente permite antecipar o acesso às receitas, enquanto uma encomenda exige esperar pela construção. Também aproveitando a valorização, a omanense Asyad Shipping vendeu três petroleiros por US\$ 178 milhões, com lucro previsto de US\$ 75 milhões. Os compradores não foram identificados.

10 TotalEnergies fecha acordo de US\$ 1,8 bilhão com a GIP

A TotalEnergies firmou acordo com a Global Infrastructure Partners, do grupo BlackRock, prevendo aporte de US\$ 1,8 bilhão ligado à sua infraestrutura de petróleo e gás na África. Em contrapartida, pagará à gestora uma tarifa vinculada aos volumes movimentados por até 15 anos. A lógica econômica é obter capital em troca de pagamentos futuros associados ao uso da infraestrutura. Os ativos envolvidos e os direitos transferidos não foram detalhados.



Anac muda regras para atrasos e cancelamentos de voos

Nova resolução amplia dever de informação das companhias e permite reembolso de assistência material em situações excepcionais

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou nesta terça-feira (22) uma atualização da Resolução nº 400/2016, que estabelece as condições gerais do transporte aéreo e disciplina direitos dos passageiros em casos de atraso, cancelamento, interrupção do serviço e preterição de embarque. As novas regras entram em vigor 30 dias após a publicação no Diário Oficial da União (DOU), prevista para os próximos dias.

A revisão amplia as obrigações de informação das companhias aéreas e altera a forma de prestação da assistência material em situações excepcionais. Durante a compra da passagem, o passageiro deverá ser informado de que a operação pode sofrer mudanças por condições meteorológicas, exigências de segurança e outros fatores capazes de afetar a execução do voo.

Quando houver atraso, cancelamento ou interrupção do serviço, a empresa deverá comunicar o passageiro assim que tiver conhecimento do problema, utilizando canais digitais e mantendo as informações atualizadas. A comunicação deverá trazer a previsão de partida, as opções de reacomodação disponíveis e as orientações para acesso à assistência material.

As regras de alimenta-

ção e hospedagem permanecem. Após duas horas de espera, a empresa deverá oferecer alimentação por meio de crédito, refeição ou solução equivalente. Depois de quatro horas, quando houver necessidade de pernoite, deverão ser fornecidos hospedagem e transporte de ida e volta ao local de acomodação.

Essas obrigações continuam válidas mesmo em situações de caso fortuito ou força maior. A resolução, porém, passa a permitir que, em circunstâncias excepcionais, a assistência seja cumprida por meio do reembolso das despesas feitas diretamente pelo passageiro com alimentação, transporte ou hospedagem.

A alternativa poderá ser utilizada quando limitações da infraestrutura aeroportuária, falta comprovada de fornecedores locais ou outra emergência imprevisível impedirem o forneci-

mento direto da assistência. Nesses casos, o passageiro deverá apresentar comprovação das despesas consideradas necessárias e razoáveis, e o reembolso deverá ocorrer em até sete dias.

Segundo o texto aprovado, as companhias poderão estabelecer valores máximos para esse reembolso, observada a análise da situação concreta. A mudança flexibiliza a forma de atendimento, mas não elimina a obrigação de assistência ao passageiro.

Responsabilidade

A Anac também decidiu explicitar na própria Resolução nº 400 as regras de responsabilidade civil previstas na legislação para danos relacionados a atrasos, cancelamentos, interrupções de serviço ou preterição de embarque.

A agência buscou separar de forma mais clara

duas situações: de um lado, a assistência material que deve ser prestada durante o problema operacional; de outro, a eventual responsabilidade civil da companhia por danos sofridos pelo passageiro. Segundo a Anac, a ausência de uma distinção mais objetiva entre os dois temas vinha contribuindo para interpretações diferentes e para a judicialização de conflitos.

A diretoria também estabeleceu que, em eventos com impactos generalizados sobre a malha aérea, a Anac poderá definir, por decisão fundamentada e durante período determinado, formas temporárias de cumprimento da assistência material. A possibilidade não afasta o dever de atendimento das empresas.

A proposta passou por consulta pública, audiência presencial e análises técnica e jurídica antes da aprovação pela Diretoria Colegia-

da. O período de 30 dias entre a publicação no DOU e a entrada em vigor será destinado à adaptação das companhias aéreas aos novos procedimentos.

A revisão aprovada agora não encerra as mudanças na Resolução nº 400. Outros temas relacionados às regras do transporte aéreo de passageiros deverão ser analisados na Agenda Regulatória da Anac para o biênio 2027/2028, com nova etapa de participação social.

Em caso de problema com o voo, a orientação da agência continua sendo procurar inicialmente os canais de atendimento da companhia aérea. Se não houver solução, o passageiro poderá registrar reclamação na plataforma Anac Passageiro, utilizada pela agência para acompanhar o atendimento das empresas e subsidiar ações de fiscalização.

Divulgação



A revisão aprovada pela Anac amplia as obrigações de informação das companhias aéreas e altera a forma de prestação da assistência material em situações excepcionais

TRANSPORTE | Rodovias

Consórcio da CS Infra leva concessão de 634 km em MT

O lote reúne as rodovias MT-020, MT-140, MT-225, MT-244 e MT-251, em trechos que conectam regiões como Sinop, Vera, Planalto da Serra e Chapada dos Guimarães

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebenews.com.br

O Consórcio Rota Multimodal, formado por CS Infra S.A., MTSUL Construções Ltda. e TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., foi confirmado como vencedor da concessão de 634 quilô-

metros de rodovias em Mato Grosso. O Aviso de Homologação e Adjudicação do processo foi publicado no Diário Oficial da União.

O lote reúne as rodovias MT-020, MT-140, MT-225, MT-244 e MT-251, em trechos que conectam regiões como Sinop, Vera, Planalto da

Serra e Chapada dos Guimarães. A concessão terá prazo de 30 anos e prevê investimentos de R\$ 2,7 bilhões em obras, além de outros R\$ 2,5 bilhões destinados à operação e à prestação de serviços aos usuários.

O consórcio vencedor apresentou deságio de 13,31% sobre a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) e realizou aporte de R\$ 43,1 milhões, conforme informações da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra-MT).

Uma das principais características da concessão será a adoção do sistema de cobrança free flow, por meio de pórticos eletrônicos instalados ao longo das rodovias, sem a necessidade de praças físicas de pedágio.

Pelo edital, a tarifa básica de referência para veículos de passeio foi esti-

mada entre R\$ 7,50 e R\$ 8 por trecho de 50 quilômetros. Com o deságio apresentado pelo consórcio, a tarifa correspondente seria, em estimativa, entre aproximadamente R\$ 6,50 e R\$ 6,90 por 50 quilômetros.

Os valores finais, no entanto, ainda dependem da assinatura do contrato e das homologações da agência reguladora estadual.

O sistema deverá permitir a identificação automática dos veículos por meio de tags eletrônicas ou leitura de placas, com posterior pagamento nos casos em que não houver dispositivo de cobrança automática.

Obras

O contrato prevê um conjunto de intervenções para recuperação e ampliação da infraestrutura rodoviária.

Entre as obras previstas estão a duplicação de trechos estratégicos, a implantação de acostamentos, a recuperação do pavimento e a modernização da sinalização viária.

A concessão abrange eixos com diferentes características de tráfego. As MT-140 e MT-225 fazem parte da ligação entre as regiões de Sinop e Vera, conectando áreas relevantes para o escoamento da produção agrícola. Já as MT-020 e MT-244 integram o eixo central da concessão, enquanto a MT-251 dá acesso à região de Chapada dos Guimarães.

O desenho da concessão também prevê diferentes pontos de cobrança ao longo do sistema, embora a quantidade e a localização definitiva dos pórticos ainda não tenham sido divulgadas pela Sinfra-MT.

Divulgação



A concessão terá prazo de 30 anos e prevê investimentos de R\$ 2,7 bilhões em obras, além de outros R\$ 2,5 bilhões destinados à operação e à prestação de serviços aos usuários

TRANSPORTE | Ferrovias

Transnordestina chega a 84% com entrega de 50 km no Ceará

Lote 6, entre Quixeramobim e Quixadá, eleva para 832 km a extensão executada da Fase 1 da ferrovia, que conectará Paes Landim (PI) ao Porto do Pecém (CE)

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebenews.com.br

de um trecho de 50 quilômetros entre o município e Quixeramobim. O avanço amplia para 832 quilômetros a extensão executada da Fase 1 do projeto, que terá 1.053 quilômetros entre Paes Landim (PI) e o Porto do Pecém (CE).

A chegada da ferrovia ocorre em meio às articulações do Ceará para aproveitar o potencial mineral identificado na região. O município trabalha, em con-

junto com o Governo do Estado, na atração de empresas para a exploração e o processamento de lítio, incluindo a possibilidade de instalação de uma fábrica de baterias para veículos elétricos.

Segundo o secretário do Desenvolvimento Econômico do Ceará, Fábio Feijó, as negociações envolvem empresas interessadas na cadeia do minério. O prefeito de Quixadá, Ricardo Silveira,

afirmou que as articulações para uma eventual fábrica de baterias estão em estágio avançado, mas ainda não há anúncio oficial do empreendimento.

Paralelamente, o município trabalha na implantação de um terminal logístico com área de 90 hectares. A estrutura é apontada pela Prefeitura como um dos projetos para ampliar a capacidade de atração de indústrias e aproveitar a co-

nexão proporcionada pela Transnordestina.

Com a chegada a Quixadá, restam 221 quilômetros para a conclusão da Fase 1 da Transnordestina. As obras estão concentradas nos trechos entre Quixadá e Itapiúna e entre o Porto do Pecém e Caucaia.

O presidente da Transnordestina Logística, Ismael Trinks, informou que a meta é concluir a primeira fase do projeto até o fim de 2027.

A ferrovia Transnordestina chegou oficialmente a Quixadá (CE) nesta segunda-feira (21), com a conclusão

Aneel barra acordo da Eneva e revê regras da Resposta da Demanda

Decisões afetam contratos de térmicas e mecanismo que remunera consumidores pela redução voluntária do consumo

Divulgação

Estadão Conteúdo
Da Redação

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tomou nesta terça-feira (22) duas decisões com impacto sobre a operação do sistema elétrico e os custos do setor. Por maioria, a agência negou aval ao acordo relacionado aos contratos de quatro usinas termelétricas da Eneva em discussão no Tribunal de Contas da União (TCU). Em outra frente, determinou que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aperfeiçoem, em até 90 dias, os mecanismos de divulgação e transparência do programa de Resposta da Demanda.

No caso das termelétricas, apenas os diretores Gentil Nogueira e Agnes da



A proposta previa mudanças nos contratos das usinas Maranhão III, MC2 Nova Venécia 2, Azulão II e Azulão IV, localizadas no Maranhão e no Amazonas e contratadas em leilões

Costa votaram a favor da solução consensual. Sem a aprovação da Aneel, o acordo não pode avançar no TCU, segundo técnicos que acompanham a discussão.

A proposta previa mudanças nos contratos das usinas Maranhão III, MC2 Nova Venécia 2, Azulão II e Azulão IV, localizadas no Maranhão e no Amazonas e contratadas em leilões realizados em 2011, 2019 e 2022. Atualmente, os empreendimentos operam com inflexibilidade, mode-

lo em que geram continuamente e recebem receita mesmo quando o sistema não necessita daquela energia.

O acordo substituiria esse formato por um modelo de capacidade flexível, no qual as usinas seriam despachadas por mérito econômico ou por necessidade de segurança do sistema. A proposta previa Custo Variável Unitário (CVU) de R\$ 760 por MWh e redução do Tempo Mínimo Ligado (TON) para 12 horas.

Segundo técnicos envolvidos na negociação, a solução poderia gerar economia de quase R\$ 400 milhões por ano aos consumidores regulados, com impacto positivo estimado em R\$ 1,7 bilhão até 2030. O Ministério de Minas e Energia (MME) já havia se manifestado favoravelmente ao acordo, apoiado em pareceres do ONS e da CCEE.

Resposta da Demanda Na mesma reunião, a Aneel fixou prazo de 90 dias para que ONS e CCEE

ampliem a divulgação de informações do programa de Resposta da Demanda, mecanismo voluntário que remunera consumidores dispostos a reduzir o consumo em horários de maior necessidade do sistema.

A agência quer maior transparência sobre os resultados e benefícios do programa e decidiu não aprovar, neste momento, sua representação nos modelos utilizados na operação do sistema e na formação de preços. ONS e CCEE deverão continuar os estudos sobre os efeitos do mecanismo.

A diretoria também aprovou alterações nos parâmetros de receita dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) e rejeitou nove pedidos de medida cautelar apresentados por geradores eólicos e solares para afastar ônus financeiros decorrentes de cortes de geração determinados pelo ONS.

Roraima registra queda de 90% nas ocorrências de falta de energia

Resultado foi observado após entrada em operação do Linhão de Tucuruí, que conectou o Estado ao sistema nacional

Estadão Conteúdo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta terça-feira, 22, que o número de ocorrências que interrompem o fornecimento de energia aos consumidores de Roraima ficou 90,53% abaixo

do observado antes da interligação do Estado. Também foi informado que não houve blecaute no período.

Com cerca de 724 quilômetros de extensão, o Linhão de Tucuruí entrou em operação comercial em setembro de 2025. A interligação encerrou a condição de Boa Vista como a última capital brasileira que estava fora do Sistema Interligado Nacional (SIN). O empreendimento recebeu investimento estimado em R\$ 3,3

bilhões.

Desde então, a energia do sistema nacional, de matriz predominantemente renovável, passou a atender a maior parte da demanda de Roraima. As termelétricas locais permanecem disponíveis para dar segurança e flexibilidade à operação.

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre janeiro e setembro de 2025, antes da interligação, foram

registradas 243 perturbações com corte de carga (falta no fornecimento de energia). Desde a interligação, houve 23 ocorrências.

A EPE também estima redução de aproximadamente R\$ 540 milhões por ano nos encargos setoriais do atendimento a Roraima nos próximos anos. Com a conexão, há menor utilização de óleo diesel em usinas térmicas para atender à demanda local.

O linhão consegue en-

tregar até 1 GW de potência para o Estado. Essa capacidade é quatro vezes maior do que a demanda atual de Roraima. "Isso demonstra que podemos crescer na distribuição, desenvolvendo econômica e socialmente o Estado de Roraima", declarou Silveira.

O ministro realizou nesta terça-feira visita técnica à Subestação (SE) Boa Vista, em Roraima, ponto de chegada da Interligação Manaus-Boa Vista.

PETRÓLEO E GÁS

Petróleo cai pela quinta sessão com negociações entre EUA e Irã

Brent fecha a US\$ 99,25 e WTI a US\$ 90,52 após sinais de avanço nas conversas em Nova York

Estadão Conteúdo

O petróleo fechou em queda na terça-feira, 22, acumulando a quinta sessão seguida em território negativo, em meio às movimentações em torno das negociações entre Estados Unidos e Irã à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

Negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), o petróleo Brent para novembro, fechou em queda de 1,09% (US\$ 1,09), a US\$ 99,25 o barril.

Já o petróleo WTI para mesmo mês recuou 2% (US\$ 1,85), a US\$ 90,52 o barril na Nymex.

O petróleo chegou a

sinalizar uma pausa no ciclo de baixas pela manhã, mas voltou a recuar após declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em discurso na ONU.

O republicano disse que o fluxo de petróleo no Golfo Pérsico está maior do que em qualquer momento desde o início da guerra. Mais tarde, afirmou que uma delegação americana se reuniu por mais de três horas com

representantes iranianos e classificou a conversa como “muito produtiva”.

Trump também se encontrou na tarde de terça com o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, e afirmou a jornalistas, antes da reunião, que os ataques de Kiev à Rússia vêm atingindo duramente o governo de Vladimir Putin, com reflexos sobre os preços do diesel.

Questionado sobre a possibilidade de interrom-

per exportações americanas do derivado, disse que a Casa Branca avalia a viabilidade de uma restrição, total ou parcial.

Analistas da Capital Economics estimam que uma volta das exportações de energia aos níveis pré-guerra é improvável antes, ao menos, do começo do próximo ano. “A atividade não petrolífera ficará prejudicada pela falta de apoio fiscal, pelas altas de juros e por setores de tu-

rismo enfraquecidos”, afirmam.

Em paralelo, chanceleres do G7 instaram o Irã a cortar o apoio aos Houthis, do Iêmen, e pediram que o grupo interrompa operações militares e ataques a embarcações civis e contra a Arábia Saudita. O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse nesta terça-feira que Washington apoiará o reino saudita contra a milícia Houthi, se necessário.

Mais cedo, a estatal de petróleo da Líbia, National Oil Corporation (NOC), informou que parte das operações foram interrompidas, em meio a uma paralisação que já reduziu a produção em cerca de 130 mil barris por dia.

A estatal alertou para o risco de “paralisação completa” das operações do complexo e disse que prepara uma declaração de força maior “nas próximas horas”, caso a situação não se resolva.



Divulgação

O petróleo sinalizou uma pausa no ciclo de baixas pela manhã, mas voltou a recuar após declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em discurso na ONU

Rio contrata IFC para modelar novas concessões de gás natural

Trabalho vai preparar substituição dos contratos da CEG e CEG Rio, que vencem em julho de 2027

Estadão Conteúdo

O governo do Rio assinou nesta terça-feira, 22, um contrato com a International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para modelar o novo formato das concessões de distribuição de gás natural no Estado. O trabalho abrangerá as áreas atualmente atendidas pela CEG e

pela CEG Rio, operadas pela Naturgy, e tem como objetivo preparar a substituição dos contratos vigentes, que vencem em julho de 2027.

Segundo o governo, a contratação busca modernizar o serviço, elevar a eficiência e contribuir para tarifas mais competitivas aos consumidores fluminenses. A IFC prestará assessoria técnica, econômico-financeira, jurídica, regulatória, de engenharia e socioambiental, incluindo diagnóstico do setor, auditoria da base de ativos das con-

cessões atuais, elaboração de estudos e avaliação de alternativas para o modelo futuro, além de apoio à condução do processo licitatório.

As concessões da CEG e da CEG Rio foram firmadas em 21 de julho de 1997. Atualmente, atendem cerca de 1,09 milhão de clientes e, em 2025, registraram vendas médias de aproximadamente 9,34 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, volume equivalente a cerca de 17% do gás distribuído no Brasil, de acordo

com a média nacional apontada pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

O governo afirma que a modelagem deve assegurar continuidade e qualidade do serviço, estimular expansão de infraestrutura e investimentos, além de contribuir para modicidade tarifária e sustentabilidade do sistema.

O planejamento também pretende deixar o processo estruturado e o edital tecnicamente pronto para

avaliação da próxima gestão estadual, que será eleita em 2026, cabendo ao futuro governador decidir o formato final das concessões com base nos estudos.

A contratação foi feita por inexigibilidade e prevê parcela fixa de R\$ 14 milhões, além de uma taxa de sucesso estimada em R\$ 6 milhões, a ser paga pelo vencedor da futura licitação. A estimativa é de desembolso de cerca de R\$5 milhões pelo Estado em 2026, após a entrega dos primeiros produtos.

PAPO DE COMPLIANCE



SELMA CULTURATI VASQUEZ

Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opinioao@portalbenews.com.br

► ORGANIZAÇÃO

IA na rotina corporativa: onde termina a eficiência e começam os riscos éticos?

Um tema recorrente tanto nas empresas quanto na academia é o de como utilizar a Inteligência Artificial (IA) para produzir mais, em menos tempo e com menor custo. A pergunta que fica é: Até que ponto podemos avançar em seu uso dentro de parâmetros éticos e seguros? E mais um ponto é: A IA vai substituir a mão de obra atual? Essas são apenas duas perguntas de mais uma polêmica que historicamente ocorre quando nos deparamos com o uso mais intensivo de uma nova tecnologia.

Um texto que levava dois ou três dias para ser elaborado, com a formatação bem-feita e com uma certa densidade em sua análise, passa a ser realizado em poucos minutos, de forma que, em algumas circunstâncias, a IA acaba assumindo um papel de copiloto do autor em seu ambiente de trabalho. E aí, já começa a confusão, pois fica a dúvida: De quem é o texto? Da IA ou do autor? E quão profunda é análise que foi gerada, a ponto de permitir tomadas de decisões que muitas vezes serão utilizadas para contratar ou demitir pessoas, avançar em algum projeto ou definir uma estratégia?

A bem da verdade, considero que, no ambiente acadêmico, o tratamento ético do uso da IA já esteja relativamente bem delineado. Quando recorremos a algum de seus recursos, é possível reconhecer e mencionar esse uso, identificando a plataforma utilizada, o autor do prompt que orientou a ferramenta e a data em que o texto, a imagem ou o som foram gerados. Essa transparência, de forma alguma, diminui o mérito do autor. Afinal, o resultado obtido com o auxílio da IA não nasce apenas da tecnologia: por trás dele, há um repertório construído ao longo do tempo, alimentado por pesquisas, conhecimento acumulado e, sobretudo, pelo desenvolvimento do raciocínio crítico de quem formula as perguntas, avalia as respostas e dá sentido ao conteúdo produzido.

Também há muitas organizações que têm esse mesmo tratamento ético que orienta o uso do recurso de IA em seus trabalhos. E não há como negar que a produtividade é real, pois a IA pode organizar informações, comparar documentos, apoiar pesquisas, automatizar tarefas repetitivas e liberar tempo para atividades mais estratégicas. É nesse ponto que há um primeiro alerta que nos chama à reflexão – a visão estratégica de uma operação.

Para reduzir a incidência de eventuais problemas decorrentes do uso da IA, a presença do compliance é importante para identificar os limites associados à definição de onde termina a eficiência e começam os riscos éticos, jurídicos e reputacionais.

Vamos a alguns desses riscos, sempre lembrando que, por princípio, os colaboradores estarão imbuídos de boa vontade em apresentar o melhor trabalho com sua melhor produtividade.

Um simples “copiar e colar” pode expor dados que a organização deveria manter sob sigilo. Por exemplo, um colaborador pode inserir um contrato em uma ferramenta pública para solicitar um resumo, compartilhar uma planilha para obter uma análise, ou apresentar informações sobre clientes para preparar uma proposta comercial. Fazer esse compartilhamento de dados com um sistema externo já configura uma quebra de sigilo e de confidencialidade, expondo o negócio a risco. Para que esse procedimento ocorra, é importante que haja uma avaliação prévia da empresa e a elaboração de uma consistente política de uso da IA, pois, numa plataforma externa, não há segurança sobre armazenamento, retenção, finalidade, acesso ou eventual transferência de informações. A

utilização das ferramentas não homologadas pela companhia cria um fenômeno conhecido como Shadow IT. A intenção é boa, mas o resultado pode ser a exposição de dados que deveriam estar protegidos.

Nem sempre as respostas geradas pela IA são absolutamente verdadeiras. Embora os textos produzidos sejam bem estruturados, a depender do prompt e das fontes de pesquisa utilizadas dentro do comando dado, as respostas podem ser equivocadas, incompletas e em alguns casos, até inexistentes.

O National Institute of Standards and Technology (NIST) utiliza o termo confabulation para descrever conteúdos falsos ou incorretos apresentados de maneira segura e convincente pelos sistemas generativos (NIST, 2024).

Imaginemos que uma resposta equivocada incorpore uma informação comercial ou um parecer dado a um processo. Atribuir a explicação de que “foi a IA que produziu” nem indica a responsabilidade do erro à ferramenta, nem exime o autor da falha. Um erro certamente afetará um público ou uma organização com que a empresa esteja interagindo.

Esse cuidado se aplica a todas as esferas de atuação da empresa, como contratação e avaliação de pessoas e seu desempenho, acordos comerciais, questões jurídicas, cálculos para tomadas de decisões, análise de mercado e mais outras áreas de abrangência de cada negócio.

Em relação à proteção de dados, temos uma consolidada lei que garante os direitos do titular dos dados. A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), em seu artigo 20, garante que o titular dos dados tem direito de solicitar a revisão de decisões tomadas apenas com base no tratamento automatizado de dados.

Vale mencionar que este artigo não tem por objetivo criticar o uso da IA ou negar sua existência. Muito pelo contrário, pois a visão da conformidade sobre o uso desta ferramenta pede, como para as demais atividades da organização, uma adequada governança de seu uso. O que vale dizer que não basta uma pessoa para supervisionar as informações recebidas pelas plataformas de IA. É importante e necessário que essa revisão seja realizada por pessoa realmente conhecedora do tema solicitado, de forma que possa corrigir eventuais informações equivocadas e, ainda, que as decisões geradas por essa fantástica ferramenta tragam os benefícios desejados para cada organização.

Não se trata de forma alguma de proibir o uso desta ferramenta. O que garante maior segurança à empresa é estabelecer os limites de tomadas de decisões apenas com base em algoritmos, ou aceitar como verdade absoluta os dados produzidos pelas plataformas de IA.

A proposta é de governar sem sufocar a inovação e, ao mesmo tempo, valorizar as pessoas que detêm esse conhecimento, beneficiando a todos os stakeholders ligados ao empreendimento.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF, 2018. Disponível em: Planalto – LGPD.
Artigo 20: O Direito de Contestar Decisões de Robôs | Compliance MSPA
NIST – NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECHNOLOGY. Artificial Intelligence Risk Management Framework: Generative Artificial Intelligence Profile. Gaithersburg: NIST, 2024. Disponível em: NIST AI 600-1.

A coluna Papo de Compliance, da economista Selma Culturati Vasquez, é publicada semanalmente no BE News, nas edições de quarta-feira. Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

FINANÇAS

Governo reduz projeção do IPCA para 2026: de 5,1% para 4,9%

Apesar da oscilação para baixo, a expectativa de inflação ainda continua acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central. Previsão de alta do PIB também foi reduzida

Agência Brasil

Estadão Conteúdo



A projeção da SPE para o IPCA não incorpora as medidas recentes de alívio nos preços dos combustíveis

O Ministério da Fazenda reduziu a sua projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026, de 5,1% para 4,9%, ainda acima do teto da meta, de 4,5%. As informações constam do Boletim Macrofiscal, publicado nesta terça-feira, 22, pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

A expectativa da SPE para a inflação deste ano converge com a mediana do último relatório Focus, divulgado ontem, que indica que o IPCA deve ficar em 4,92% neste ano.

“A revisão para baixo decorre dos resultados do IPCA até julho, que ficaram, em parte, abaixo do projetado na grade anterior, especialmente no grupo de alimentação no domicílio e, em menor medida, no de serviços”, justifica a SPE.

De acordo com a SPE, a revisão também incorpora a melhora das expectativas de inflação para 2026,

a manutenção da taxa Selic em patamar contracionista ao longo do ano e a desaceleração esperada da atividade econômica no segundo semestre de 2026.

A pasta coloca que a projeção também considera fatores de influência altista. “O El Niño pode pressionar os preços dos alimentos in natura ainda este ano, embora seus efeitos mais significativos devam se concentrar na safra de 2027”, sustenta.

No cenário externo, entre as grades de julho e setembro, a SPE diz que a intensificação do conflito no Oriente Médio elevou as

incertezas quanto aos impactos de segunda ordem da alta do preço do petróleo sobre outras cadeias produtivas. Nesse período, a cotação média do petróleo projetada para 2026 subiu de US\$ 79,16 para US\$ 87,70 por barril, alta de aproximadamente 10,8%.

A projeção da SPE para o IPCA não incorpora as medidas recentes de alívio nos preços dos combustíveis. No caso da gasolina, as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins foram reduzidas em R\$ 0,63 por litro, em substituição à subvenção de R\$ 0,44 por litro. Para o etanol hidratado, as duas contri-

buições foram zeradas, resultando em uma redução da carga tributária de R\$ 0,19 por litro.

Segundo as estimativas do Ministério da Fazenda, a desoneração da gasolina e do etanol hidratado, sem considerar a subvenção ao diesel, tem potencial para reduzir o IPCA em aproximadamente 0,15 ponto porcentual.

2027

Para 2027, a expectativa de inflação foi revisada para cima, passando de 3,6% para 3,8%, refletindo os efeitos de um El Niño

mais intenso sobre a safra do próximo ano. “Além dos efeitos de segunda ordem do El Niño sobre as carnes, a possível reversão do ciclo pecuário, com maior retenção de fêmeas, gera um risco de elevação de preços ainda maior para esse item”, afirma a SPE. O Focus projeta que a inflação encerre 2027 em 4,30%.

Para os anos seguintes, projeta-se inflação convergindo para a meta, em 3,0% em 2028, 2029 e 2030.

PIB

O Ministério da Fazenda reduziu a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2026 de 2,3% para 2,0%. A estimativa para o ano que vem caiu de 2,5% para 2,3%. As informações constam do Boletim Macrofiscal de setembro, publicado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) nesta terça-feira, 22.

As projeções da SPE continuam acima das medianas do último relatório Focus, que indicavam crescimento de 1,88% para o PIB em 2026 e de 1,43% para 2027.

Dólar fecha em queda de 0,11%; Bolsa sobe

Moeda americana encerrou a terça-feira cotada a R\$ 5,10, enquanto Ibovespa subiu 0,44%

Estadão Conteúdo

em sintonia com a virada do Ibovespa para o campo positivo, e encerrou a sessão desta terça-feira, 22, em queda de 0,11%, a R\$ 5,1029, após mínima de R\$ 5,0979. Em setembro, recua 1,49%.

Sem novidades sobre a corrida presidencial, com pesquisas recentes, como a sondagem da Quaest divulgada na segunda-feira à noite, reforçando o quadro de empate técnico entre o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o comportamento da taxa de câmbio esteve muito atrelado ao ambiente externo, segundo operadores.

As cotações do petróleo, que vinham em leve alta, passaram a recuar após o presidente norte-americano, Donald Trump, revelar que uma delegação dos EUA se reuniu com representantes do Irã à mar-

gem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. A conversa entre as partes durou cerca de três horas e, segundo Trump, foi muito “produtiva”.

A potencial decompressão da inflação global, resultado da queda nos preços do petróleo, melhorou o humor dos investidores ao longo do período da tarde desta terça-feira, levando o Ibovespa a encerrar em alta de 0,44%, aos

187.422,92 pontos.

O giro financeiro no dia foi de R\$ 22 bilhões e, com o desempenho de agora, o Ibovespa já acumula alta de 5,64% em setembro. No ano, o avanço é de 16,3%.

Com a queda do petróleo, os investidores voltaram a ajustar suas posições a favor de ativos de maior risco, já que um barril mais barato afasta os temores de endurecimento da inflação.

Após subir pela manhã e tocar pontualmente o nível de R\$ 5,13, o dólar perdeu força ao longo da tarde,

MUNDO CORPORATIVO | Opinião



PATRÍCIA PUNDER

Advogada, perita judicial e CEO da Punder Advogados. Professora da FIA (Fundação Instituto de Administração)/USP, da Universidade Federal de São Carlos, da Faculdade LEC e do Instituto Tecnológico de Monterrey. Autora do livro Compliance, LGPD, Gestão de Crises e ESG – Tudo junto e misturado (2023, Arraeseditora)

MARCELO MONTERO SANDOVAL

Ethics and Compliance Supervisor da Hyundai Motors Brasil

opinio@portalbenews.com.br

► **GESTÃO**

Como o avanço do crime organizado e sanções globais desafiam o compliance de empresas no Brasil

A discussão sobre a efetividade dos programas de integridade sempre ficou concentrada em quem trabalhava dentro da própria função, em que se havia burocracia, faltava conhecer melhor o negócio; se a voz não chegava à liderança, era preciso melhorar a comunicação; se um controle falhava, a explicação quase sempre apontava para alguma deficiência técnica. Essa leitura continua válida diante de profissionais distantes da realidade empresarial, mas não alcança situações em que alguém competente recebe informação pela metade, entra tarde em assuntos sensíveis e é cobrado por não ter influenciado decisões das quais pouco participou.

Há uma diferença relevante entre um Compliance que não consegue contribuir e outro que trabalha dentro de limites definidos por quem controla acesso, orçamento e prioridade. Misturar as duas situações é conveniente, porque permite culpar a função por limites que ela própria não definiu, enquanto o programa continua visível no organograma, atende auditorias e sustenta discursos sobre governança.

O desconforto aparece quando uma avaliação interfere em contratação, prazo, receita ou interesse estratégico e a partir daí, o “sentimento de dono” deixa de ser apenas uma expectativa sobre postura profissional e passa a expor uma contradição mais difícil: espera-se compromisso com o resultado, mas nem sempre se aceita que esse compromisso leve alguém a discordar de algo importante.

A ilusão das certificações e o “sentimento de dono”

Certificados não substituem conhecimento sobre como uma companhia ganha dinheiro, onde perde margem, quais pressões atravessam suas equipes e que interesses cercam determinadas decisões. Formação técnica sem compreensão empresarial pode produzir controles pouco úteis, ainda que a qualificação acadêmica seja impecável.

A cobrança por “sentimento de dono” fica estranha quando informações relevantes circulam de forma seletiva ou conversas importantes acontecem sem a participação de quem depois será chamado a responder pelo problema. Pensar como dono exige conhecer o que pode comprometer a atividade e conviver com a possibilidade de que uma análise bem-feita atrase algo comercialmente atraente; a maturidade ética da alta administração aparece na forma como reage diante desse desconforto.

O novo paradigma do risco: Crime organizado e terrorismo

A presença do crime organizado na economia formal brasileira não começou agora, mas ganhou uma dimensão que torna insuficiente tratá-la apenas como assunto de segurança pública ou lavagem de dinheiro. O Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) operam por meio de redes sofisticadas e atividades aparentemente regulares, e a designação dessas organizações pelos Estados Unidos como Foreign Terrorist Organizations acrescentou uma preocupação concreta para empresas no Brasil.

As empresas não precisam esperar que o Brasil reproduza o enquadramento adotado pelos Estados Unidos para tratar esse risco. A designação do PCC e CV como grupos terroristas já muda a forma como bancos, investidores, compradores e parceiros internacionais podem avaliar determinadas relações comerciais, e isso precisa entrar na agenda de Compliance mesmo quando o negócio prefere não enfrentar o tema. Uma empresa ou executivo que venha a ser efetivamente sancionado ou atingido por restrições decorrentes dessas

relações pode enfrentar dificuldade de acesso a crédito no exterior, perda de parceiros, barreiras a investimentos, problemas em processos de venda e resistência até de contrapartes brasileiras que não queiram carregar essa exposição.

O risco, portanto, não nasce quando o Brasil decide adotar a mesma classificação. Ele já existe quando uma decisão tomada fora do País passa a afetar a capacidade de uma empresa brasileira de financiar, vender, atrair investidores ou manter relações comerciais.

Due diligence 2.0 e o fim da cegueira deliberada

A discussão sobre facções perde utilidade quando permanece em apresentações executivas e não chega à cadeia real do negócio, especialmente em setores nos quais intermediários e vínculos locais tornam confortável demais encerrar a diligência no contratado direto.

Quanto mais se procura, maior a chance de aparecer algo que complique uma parceria importante, atrase um projeto ou torne desconfortável manter uma contratação já encaminhada. A diligência deixa então de ser um procedimento neutro e começa a produzir consequência econômica, especialmente se o relacionamento já tem peso comercial.

A cegueira deliberada ganha outro peso diante de sinais suficientes para aprofundar a busca, sobretudo se a empresa opta por interrompê-la enquanto aquilo que já apareceu ainda permite seguir adiante. Ferramentas melhores ampliam a capacidade de enxergar, mas não resolvem a resistência de quem prefere ficar com uma resposta incompleta.

A comunicação fora da bolha

Compliance pode melhorar linguagem, objetividade e proximidade com o negócio, mas existe um limite para essa cobrança, que é quando a recomendação chega clara e é ignorada porque contraria uma escolha já encaminhada, exigir mais “influência” da área começa a esconder a questão mais incômoda de que talvez a organização não queira ser convencida, apenas informada.

O mito do custo: Ética como sobrevivência

Governança costuma parecer cara enquanto a ameaça permanece abstrata, porque o investimento acontece agora e o benefício de um problema evitado talvez nunca apareça de maneira mensurável. Investigar melhor um terceiro, contratar tecnologia, rever um vínculo lucrativo ou aceitar mais tempo para avaliar determinada situação pesa no orçamento do presente, ao mesmo tempo que metas de margem e crescimento continuam chegando com números visíveis.

O orçamento destinado a Compliance diz mais sobre a maturidade ética de uma empresa do que muitos discursos sobre integridade. Não porque programas caros sejam necessariamente melhores, mas porque prevenção precisa guardar alguma relação com o risco que se pretende administrar. Cobrar uma função sofisticada, independente e preventiva enquanto se nega dinheiro para investigar, conhecer terceiros ou acompanhar novas ameaças cria uma contradição difícil de esconder: a organização quer proteção, desde que ela não custe o preço necessário para protegê-la.

Essa assimetria ajuda a entender por que a prevenção perde espaço ao competir com resultado de curto prazo, em que crime organizado, sanções e cadeias menos transparentes aumentam a quantidade de situações em que será necessário gastar antes da certeza e investigar antes de uma obrigação formal, sem a segurança de que alguém conseguirá demonstrar depois quanto aquela prevenção economizou.

JUSTIÇA

André Mendonça acusa Moraes de direcionar investigação no STF

Ministro questiona relatórios de inteligência da PF e diz que os vícios que Moraes imputou a ele “são, na realidade e em verdade, aqueles verificados em seu próprio ato”

Alejandro Zambrana/STF

Agência Brasil

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), acusou o também ministro do STF Alexandre de Moraes de cometer ilegalidades ao requisitar relatórios de inteligência da Polícia Federal (PF) com o objetivo de atingi-lo e acusá-lo de abuso de autoridade e crime de responsabilidade.

Mendonça acusou Moraes de praticar ele próprio abuso de autoridade e direcionamento de investigação, ao ter solicitado à Polícia Federal, de ofício, ou seja, sem provocação, uma série de relatórios de inteligência contra o relator do caso Master.

“Os vícios que o prolator imputou a este signatário são, na realidade e em verdade, aqueles verificados em seu próprio ato — e não naquele que ele visa atacar”, acusou Mendonça.

O ministro enviou a manifestação ao presidente do STF, ministro Edson Fachin,



André Mendonça enviou ao presidente do STF, Edson Fachin, sua defesa no processo em que Moraes pediu uma investigação contra ele

nesta terça-feira (22), último dia do prazo para que apresentasse sua defesa no processo em que Moraes pediu uma investigação contra Mendonça.

O processo foi aberto por Fachin após Moraes ter tornado público um relatório de inteligência da PF com conjecturas a respeito da condução das investigações da Operação Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias que teriam sido praticadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do

antigo Banco Master.

O documento sugere que Mendonça, na condição de relator, tenha direcionado as investigações para atingir desafetos políticos. Segundo ele, o relatório não é datado nem assinado, tampouco traz estampado o timbre da PF. Outros cinco relatórios do tipo foram encaminhados pela corporação a Moraes.

“São ‘relatórios’ sem qualquer identificação de autoria, com múltiplas advertências quanto à sua ausência de validade probatória, com avaliações críticas

sobre a maneira como as equipes de investigação da Polícia Federal conduzem os inquéritos e um Ministro da Corte promove a supervisão judicial dos procedimentos nos quais é relator”, escreveu Mendonça em sua defesa.

O ministro apontou que Moraes não demonstrou como soube da existência de tais relatórios, tendo inserido seu nome no Inquérito das Fake News sem suspeita prévia. Mendonça afirmou que o colega usurpou a competência do plenário para investigar

ministros do Supremo.

“Em verdade, o que se verifica é a realização de atividade ilícita da Polícia Federal e a presença de evidente denúncia caluniosa e abuso de autoridade na tentativa de intimidar e obstruir a justiça”, escreveu Mendonça.

A crise

A crise entre os dois ministros teve início em 1º de setembro, quando Mendonça retirou o sigilo sobre um relatório da Operação Compliance Zero segundo o qual Vorcaro teria enviado 52 mensagens a Moraes entre 2023 e 17 de novembro de 2025, data em que o ex-banqueiro foi preso.

Nas mensagens, Vorcaro aparenta ter proximidade com Moraes, a quem diz ter enviado para apreciação, por exemplo, um contrato de R\$ 131 milhões entre o Master e o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro.

Em sua defesa, Moraes afirmou que a investigação da PF relatada por Mendonça foi “inconstitucional e ilegal” e encaminhou os relatórios de inteligência da PF ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin.

Fux relata ação sobre mulher de Moraes

Processo pede acesso a eventuais registros de entrada e saída de Viviane e Vorcaro no Senado

Agência Brasil

tar a ação que pede acesso a eventuais registros de entrada e saída no Senado da advogada Viviane Barci, mulher do ministro Alexandre de Moraes, e do ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

O sorteio da relatoria foi determinado pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, após Moraes se declarar impedido de

analisar o caso.

Na decisão, que foi proferida na segunda-feira (21), Moraes citou a regra do Código de Processo Civil (CPC) que proíbe um magistrado de analisar um caso quando há um parente como parte.

“Com fundamento no art. 144, IV, do CPC, declaro-me impedido de atuar

no presente feito”, decidiu.

O caso chegou ao Supremo por meio de uma ação protocolada pelo vereador de Curitiba Guilherme Kilter (Novo).

O parlamentar quer obrigar o Senado a fornecer eventuais registros de entrada e saída de Viviane Barci, de Vorcaro, do empresário Antônio Carlos

Camilo Antunes, o Careca do INSS, e do empresário Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas dependências da Casa.

Segundo o vereador, os pedidos de acesso aos dados foram negados pelo Senado por envolverem “informações de caráter pessoal”.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado nesta terça-feira (22) para rela-

Juiz beneficiou Master e sua mulher fechou contrato com Vorcaro

Desembargador Newton Pereira, do TRF-1, proferiu votos favoráveis ao banco seis meses antes de sua esposa assinar contrato de R\$ 427 milhões com o ex-dono do Master

Estadão Conteúdo

O desembargador Newton Pereira Ramos Neto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), proferiu ao menos dois votos favoráveis aos interesses do Banco Master em um processo envolvendo a Usina Cansanção de Sinimbu, em Jequiá da Praia, Alagoas.

Em recuperação judicial, a empresa busca definir o valor da indenização devida pela União por supostos prejuízos causados pela política de preços do setor sucroalcooleiro.

O Master, que buscava adquirir direitos creditórios de usinas em recuperação judicial para, segundo a Polícia Federal, inflar artificialmente a liquidez do banco, atuou no processo em conjunto com a usina.

Seis meses depois dos votos proferidos por Newton, a mulher do desembargador, a advogada Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, e o filho do magistrado, Gabriel Ribeiro Gonçalves Ramos, firmaram um contrato que pagaria até

R\$ 427 milhões com o banco de Daniel Vorcaro caso tivesse êxito em todas as ações judiciais, que totalizavam R\$ 8,5 bilhões.

Ao Estadão, o desembargador Newton Ramos afirmou que o primeiro julgamento favorável à usina “foi julgado em bloco, em sessão virtual com aproximadamente 300 processos” (leia a íntegra abaixo). A advogada Camilla Ramos, mulher do magistrado, não se manifestou até a publicação da reportagem.

Newton, amigo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques, que fez carreira como desembargador no TRF-1, mantém influência na Corte e também é citado em relações com Vorcaro, votou pela rejeição de recursos da União em dois momentos: janeiro e junho de 2024. Ambas as decisões foram tomadas em julgamentos colegiados da 11ª Turma do TRF-1 e beneficiaram a usina e, consequentemente, os interesses do Master.

Os votos

O primeiro voto favorável de Newton aos interesses do Master ocorreu na sessão virtual realizada de 22 a

26 de janeiro de 2024. Por unanimidade, a 11ª Turma do TRF-1 acolheu o recurso da usina e limitou a perícia que serviria para calcular o valor da indenização.

A União defendia uma análise mais ampla, com novos documentos, enquanto a empresa queria que o cálculo seguisse apenas os critérios considerados no processo original. O tribunal concordou com a usina e restringiu a perícia a esses parâmetros.

O segundo voto foi proferido na sessão virtual que

ocorreu entre 3 e 7 de junho de 2024. Por unanimidade, a 11ª Turma rejeitou os recursos apresentados pela União e manteve, na prática, a decisão anterior que havia limitado a perícia aos critérios defendidos pela empresa.

Reclamação

Nesta terça-feira, 22, o advogado Alex Ferreira Borralho apresentou uma reclamação disciplinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pedindo a abertura

de uma investigação sobre a conduta do desembargador.

“Logo, importante seja apurado se existe um comprometimento funcional na atuação do Requerido (Newton Ramos) em benefício de terceiro (Daniel Bueno Vorcaro) e de sua esposa (Camilla Ribeiro), com contornos de dimensões profundas que realçam relações e conexões econômico-financeiras e interesses privados voltados para aquele e para o Banco Master”, afirma o advogado na petição.

Reprodução / Instagram



A advogada Camilla Ramos, esposa do magistrado, firmou contrato que pagaria até R\$ 427 milhões

Pai do ex-banqueiro faz apelo por soltura

Henrique Moura Vorcaro, fundador do Grupo Multipar, pediu ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a revogação da prisão preventiva que cumpre desde maio deste ano.

Pai do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, o empresário escreveu ao magistrado na última segunda-feira, 21, alegando inocência. Também justificou a urgência no pedi-

do citando condições de saúde.

A prisão de Henrique pela Polícia Federal (PF) foi determinada por Mendonça no âmbito da Operação Compliance Zero, mirando irregularidades do Banco Master e de atividades do então dono, Daniel Vorcaro.

Na carta ao ministro, o empresário diz sentir dores na cabeça e na nuca, fala em picos de pressão e

em dores abdominais provenientes de uma crise de diverticulite. “Sou idoso. Minha saúde está tão debilitada que estou desde o dia 20 de agosto tentando escrever e terminar esta carta.”

Ele também afirma fazer uso de analgésico e antibiótico na prisão. Segundo ele, o número de presos do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem (MG),

dificulta o atendimento médico.

Em outro trecho, Henrique Vorcaro ainda tenta se descolar das atividades que levaram o filho, pivô no caso Master, para a prisão conhecida como Papudinha. “Daniel não tratava nada de banco ou de negócios dele comigo, até me rejeitava.”

Mais adiante, o fundador do Grupo Multipar faz apelo de cunho reli-

gioso a André Mendonça. “Quando fui preso estando o senhor como relator, fiquei tranquilo pois imaginei que iria enxergar a verdade. Imaginei que um homem de Deus não iria permitir essa injustiça. Eraram demais comigo.”

Quando de sua nomeação, o magistrado foi classificado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como “terrivelmente evangélico”.

JUSTIÇA

Dino pretende liberar julgamento sobre emendas após as eleições

De acordo com o ministro do STF, os processos já estão prontos para análise, mas ele acredita que seria “desleal” julgar um tema “tão tormentoso” a poucos dias do pleito

Alejandro Zambrana/STF

Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino disse nesta terça-feira, 22, que deve liberar depois das eleições o julgamento de ações que discutem a impositividade das emendas parlamentares. Em audiência pública realizada na Corte, Dino afirmou que os processos já estão prontos para julgamento, mas que seria “desleal” se o Supremo julgasse um “tema tão tormentoso” a poucos dias das eleições.

“Nós encerramos o que poderíamos chamar de ‘instrução’ para podermos, a critério da Presidência do Tribunal, deliberar sobre o assunto - até porque temos uma questão temporal que favorece a questão, qual seja, o encerramento de uma Legislatura e começo de outra, momento adequado para essa transição”, afirmou o Dino.

O ministro acrescentou: “Só não faria em período eleitoral, porque seria



Flávio Dino lembrou que o tema das emendas é “antigo” e há um “profundo enraizamento social, econômico e político institucional e eleitoral” em relação aos repasses.

desleal com o Congresso. Se eu pautasse isso faltando 15 dias para a eleição, seria uma atitude desrespeitosa que eu não cometo em relação a outro Poder. Passada a eleição, é o momento adequado para que o Supremo possa exercer a jurisdição.”

Dino ainda avaliou que o tema das emendas é “antigo” e há um “profundo enraizamento social, econômico e político institucional e eleitoral” em relação aos repasses.

Segundo o ministro, a discussão é “multifacetada”

e demanda diálogo.

O Supremo realizou nesta terça-feira audiência pública sobre a responsabilização de parlamentares em caso de irregularidades na execução de emendas. A audiência foi marcada no âmbito de ação movida pelo Solidariedade.

Há outras três ações relatadas por Dino que discutem a impositividade das emendas, ou seja, a regra que obriga o Executivo a pagar as transferências. Entre elas estão as “emendas Pix”.

Elas foram movidas

pela Procuradoria-Geral da República (PGR), PSOL e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

A obrigatoriedade de execução das emendas, que registraram uma explosão na última década, tem enfraquecido o poder do governo federal de negociar a sua agenda no Congresso.

Além do impacto na governabilidade, as emendas comprometem uma parcela expressiva do Orçamento: cerca de 25% de todas as despesas discricionárias da União (investimentos e

custeio flexível do governo) têm sua aplicação definida diretamente pelos parlamentares, somando R\$ 61 bilhões em 2026.

Moraes

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, disse nesta terça-feira que a discussão sobre a impositividade das emendas parlamentares é “uma questão estrutural da maior importância porque visa a aplicação dos escassos recursos do Orçamento”.

Ele também avaliou que o tema não pode ser analisado com pressa, porque “a pressa em resolver algo tão estrutural não permitirá que principais aspectos sejam analisados”.

Moraes participou da audiência pública conduzida pelo relator do tema, Flávio Dino, sobre a responsabilização dos parlamentares em caso de irregularidades nos repasses.

Dino disse que todos os ministros foram convidados, mas apenas Moraes compareceu.

Ele ainda afirmou que é “muito relevante” a presença de Moraes na audiência porque o fim do julgamento pode ocorrer na sua presidência.

Zanin será o relator de ação sobre CPI

Senador pede que o STF obrigue Alcolumbre a ler requerimento sobre CPI do Master

Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin foi sorteado nesta terça-feira, 22, relator da ação movida pelo senador Alessandro Vieira (MDB-

-SE) para obrigar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a ler o requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ligação de ministros da Corte com o escândalo Banco Master.

Em sua petição ao STF, Vieira argumenta que não cabe a Alcolumbre decidir

quando criar a CPI já que todos os requisitos foram preenchidos - ou seja, apoio de um terço dos senadores, fato determinado e prazo definido. O emedebista cita como precedente a decisão da Corte que determinou ao então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a instalação da CPI da Pandemia, em 2021.

Diante disso, o senador pede que o Supremo determine a Alcolumbre que, em até 48 horas ou na primeira sessão plenária seguinte, leia o requerimento e tome as providências para a instalação da CPI. Vieira também requer que os líderes partidários tenham 48 horas para indicar titulares e suplentes e, se não fizerem

isso, que o próprio presidente do Senado nomeie os integrantes.

A CPI recebeu 41 assinaturas, acima das 27 exigidas pela Constituição. A comissão pretende investigar possíveis relações pessoais ou financeiras de Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com Daniel Vercaro e pessoas ligadas ao banco.

INTERNACIONAL

“O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, afirma Lula na ONU

Presidente fez várias críticas aos EUA em seu discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU. Ele foi aplaudido, especialmente ao defender a soberania dos países

ONU

Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta terça-feira, 22, em discurso na abertura da sessão de debates da Assembleia das Nações Unidas, que “o Brasil não cabe no quintal de ninguém”, referindo-se às ações dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe. Neste momento, o líder brasileiro foi aplaudido pelos presentes no auditório da ONU, em Nova York.

“Na América Latina e no Caribe, a proximidade geográfica com a maior potência militar do mundo é inescapável, sobretudo no contexto do recrudescimento de tentações hegemônicas. O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, afirmou, sendo interrompido por aplausos logo em seguida.

O presidente citou seu histórico político de luta contra a ditadura militar brasileira e na defesa da democracia. “Somos chamados a optar entre o unilateralismo ou multilateralismo, soberania ou subordinação”, disse, mais uma vez com referências

implícitas às medidas do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

O presidente afirmou que o mundo voltou a presenciar uma ingerência externa nas eleições. Lula, porém, não fez uma denúncia explícita da atuação dos Estados Unidos perante o pleito presidencial brasileiro.

“A democracia está novamente em xeque, voltamos a presenciar a ingerência externa em processos eleitorais. A divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constituem gestos anacrônicos”, disse o presidente.

Lula também mandou recados aos Estados Unidos no combate ao crime organizado, meses após Washington classificar as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. O presidente disse que o Brasil não vai “terceirizar responsabilidade” para enfrentar os grupos e que o país não precisa de “porta-aviões”.

“As pessoas estão cansadas da violência, mas não vamos terceirizar a responsabilidade de defender nossas fronteiras e de garantir à população o direito de viver sem medo. Não



Lula teve seu discurso interrompido quatro vezes por aplausos dos presentes na Assembleia da ONU

precisamos de porta-aviões vigiando nossas águas”, declarou Lula

Aplausos

O discurso do presidente foi interrompido por quatro vezes por aplausos dos presentes na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Numa fala de aproximadamente 20 minutos, o chefe do Executivo brasileiro fez duras críticas à falta de ações do mundo pela paz e tangenciou também

questões internas do País, que passará por eleições no mês que vem.

O primeiro momento em que foi aplaudido foi quando Lula salientou que a Assembleia corrigiu recentemente distorções históricas. “Reconheceu o tráfico de africanos escravizados como o mais grave crime contra a humanidade”, citou.

O segundo foi quando o brasileiro destacou que perseguir o Tribunal Penal Internacional (TPI) e seus integrantes é um estímulo

para que crimes fiquem impunes.

O terceiro ponto em que o presidente foi interrompido por aplausos foi quando tratou da soberania dos países, indicando nominalmente o Brasil.

Por fim, Lula foi aclamado quando, ao mencionar o projeto do fim da escala de trabalho 6 x 1, que garante ao trabalhador dois dias livres por semana, defendeu que a mudança é fundamental para aliviar a sobrecarga doméstica que ainda recai sobre as mulheres.

Presidente critica falhas da Nações Unidas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta terça-feira, 22, em discurso na abertura da sessão de debates da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que todos os países são “reféns do imobilismo de um Conselho de Segurança (CS) que não cumpre seu papel”.

Lula, que já discursou diversas vezes na tribuna da ONU ao longo de seus três mandatos, disse que “esse é o momento mais crítico” da entidade e que o sentimento que o move hoje “é de indignação”. O presidente brasileiro disse que o secretário-geral da ONU, António Guterres, “foi testemunha dos cres-

centes desmandos das superpotências” nos últimos anos.

“Sua credibilidade nunca esteve tão baixa. Sua capacidade de proteger os mais frágeis nunca foi tão pequena. Somos todos reféns do imobilismo de um Conselho de Segurança que não cumpre seu papel”, afirmou o

presidente.

O presidente do Brasil disse que a ONU “está falhando em livrar a sociedade do flagelo da guerra” e que o poder de veto dado aos membros permanentes do conselho de segurança “concedeu às superpotências o privilégio da insensatez”.

“Os que detêm as ré-

deas das decisões cruciais devem atuar com responsabilidade e sentido de urgência”, afirmou. “As concessões à lei do mais forte já passaram dos limites. Isso não é idealismo. É o mais puro realismo. A guerra não é a continuação da política por outros meios, é a falência total da política”, completou.

INTERNACIONAL

Em seu discurso, Trump ameaça usar a força na América Latina

Sem citar o Brasil ou o discurso de Lula, presidente americano diz que pode usar a estrutura militar inigualável dos EUA para garantir os interesses da Casa Branca

Agência Brasil

Em discurso de quase 40 minutos na sede das Nações Unidas (ONU), o presidente dos Estados Unidos (EUA) Donald Trump voltou a fazer ameaças de uso da força militar em países da América Latina e Caribe para garantir os interesses da Casa Branca na região.

“Nossas ações na Venezuela provam que os EUA não permitirão mais que ameaças à América [EUA] ganhem terreno em qualquer parte do Hemisfério Ocidental. E, se necessário, usaremos nosso poderio militar inigualável para garantir os interesses nacionais vitais dos EUA”, disse.

Trump participou, nesta terça-feira (22), da abertura da 81ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Ele discursou logo após o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, que ressaltou, entre outros temas, que o Brasil “não cabe no quintal de ninguém”.

O presidente dos EUA Donald Trump destacou, em seu discurso na ONU, a invasão ilegal promovida

contra a Venezuela, em janeiro deste ano. Ele comemorou o “acordo” petrolífero firmado com a presidente encarregada Delcy Rodríguez, que garante o controle de até 21% do petróleo da Venezuela a uma empresa ligada ao Pentágono.

“Foi uma guerra, mas talvez seja o maior negócio já realizado. Ao vencedor pertencem os espólios; todos vocês já ouviram isso”, comentou Trump.

Os EUA invadiram a Venezuela e sequestraram o presidente Nicolás Maduro alegando que Caracas seria um “narcoestado”, argumento rejeitado por especialistas.

Após a prisão de Maduro, o Departamento de

Justiça dos EUA retirou a acusação de que ele lideraria o suposto “Cartel de Los Soles”. A existência desse grupo não é consenso entre especialistas.

Na semana passada, os EUA retiraram a Venezuela da lista de países que não combatem o narcotráfico, onde estava desde 2005.

Trump ainda voltou a fazer ameaças a Cuba. A delegação da ilha caribenha se retirou do plenário da ONU durante a fala do presidente dos EUA em sinal de protesto.

Cartéis

Ainda durante o discurso na ONU, Trump voltou a comparar os cartéis de drogas

da América Latina a organizações terroristas. Segundo ele, esses cartéis são semelhantes ao ISIS, grupo terrorista com origem no Iraque e na Síria.

“Acionei as Forças Armadas dos Estados Unidos para eliminá-los. Os cartéis são o ISIS do Hemisfério Ocidental”, disse. Além do Trump, secretários de Estado dos EUA têm feito essa comparação para justificar possíveis ações militares em países da região.

Analistas vem alertando que essa posição da Casa Branca pode ser usada como “pretexto” para interferir na política interna dos países latino-americanos.

Trump fez menções diretas ao México. Dis-

Reprodução / Redes Sociais



Donald Trump discursou na Assembleia Geral da ONU logo depois de Lula

se que tem boas relações com o governo de Claudia Sheinbaum, mas que é inaceitável que os EUA façam fronteira com um país que é o “epicentro da violência dos cartéis”.

Groenlândia

Trump assinou nesta terça-feira um acordo trilateral de defesa com a primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, e o primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen.

Segundo Trump, o governo dos EUA começará um processo de desenvolvimento de uma forte presença militar na ilha do Ártico e construirá duas grandes bases militares. “Hoje estamos assinando um acordo que pode durar para sempre”, disse Frederiksen.

A assinatura ocorreu à margem da Assembleia Geral da ONU, dias após Trump anunciar o acordo para reforçar a presença militar norte-americana na ilha dinamarquesa. Os governos não forneceram mais detalhes sobre o conteúdo do acordo. Por meses, o republicano expressou desejo de que a Groenlândia se tornasse parte dos EUA.

Macron critica chantagem sobre Ormuz

Francês disse que é do interesse de todos que os navios possam transitar pelo Estreito

Estadão Conteúdo

mou nas Nações Unidas nesta terça-feira, 22, que a navegação pelo Estreito de Ormuz “não deve ser usada como chantagem”, pedindo também o fim das guerras ao redor do mundo. Essa é a última participação de Macron na Assembleia Geral da ONU como presidente da França.

O presidente da França, Emmanuel Macron, afir-

Segundo ele, é do interesse de todos que os navios possam transitar pelo Estreito, e sua reabertura é uma prioridade. Ele acrescentou que uma coalizão multinacional independente, que inclui a França, está trabalhando para restaurar a liberdade de navegação na passagem.

Macron também criti-

cou a Rússia pela guerra contra a Ucrânia e disse que a Coalizão dos Dispostos, que apoia Kiev, está pronta para garantir a paz e a estabilidade.

Sobre Gaza, o presidente francês pediu que os países reconheçam o Estado palestino. “Qual é o valor da nossa credibilidade se permanecermos

inativos em Gaza?; O que precisamos é de respeito pelo direito legítimo dos palestinos”, enfatizou.

Paris também continuará a apoiar o Tribunal Penal Internacional (TPI) e o papel central que desempenha, frisou Macron, após o presidente dos EUA, Donald Trump, pedir a saída de aliados do TPI.